



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**



ICARO GLEISON BATISTA DA SILVA

**PANTOFAGIA AMAZÔNICA: UM ESTUDO SOBRE OS HÁBITOS ALIMENTARES DOS  
ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE  
ÓBIDOS-PA**

**MANAUS  
2024**

**ICARO GLEISON BATISTA DA SILVA**

**PANTOFAGIA AMAZÔNICA: UM ESTUDO SOBRE OS HÁBITOS ALIMENTARES  
DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO DO  
MUNICÍPIO DE ÓBIDOS-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Espaço, Território e Cultura na Amazônia

**Orientador:** Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo

MANAUS  
2024

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586p Silva, Icaro Gleison Batista da  
Pântofagia amazônica: um estudo sobre os hábitos alimentares dos alunos das escolas públicas do perímetro urbano do município de Óbidos-PA / Icaro Gleison Batista da Silva . 2024  
83 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Nelcionei José de Souza Araújo  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Espaço . 2. Saúde . 3. Alimentação . 4. Globalização . 5. Escola . I. Araújo, Nelcionei José de Souza. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ICARO GLEISON BATISTA DA SILVA

**PANTOFAGIA AMAZÔNICA: UM ESTUDO SOBRE OS HÁBITOS ALIMENTARES  
DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO DO  
MUNICÍPIO DE ÓBIDOS-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

**Aprovado em:** 24 de Outubro de 2024

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo, Presidente  
Universidade Federal do Amazonas  
(PPGEOG – UFAM)

Prof. Dr. João Carlos de Oliveira  
(ESTE-UFU)  
(Membro Externo)

Profa. Dra. Natacha Cíntia Regina Aleixo  
Universidade Federal do Amazonas  
(PPGEOG – UFAM)

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu pai, Sr. Juldélio Silva, e à minha mãe, Sra. Emizabel Batista, meus eternos professores da vida, expresso minha profunda gratidão pelo apoio incondicional durante esta longa jornada. Ao meu irmão João Ângelo, pelas conversas cotidianas que me incentivaram ao longo desses dois anos. À minha namorada, Andreane Lopes, pelo companheirismo e apoio incondicional nos momentos difíceis. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos meus colegas de profissão, cuja ajuda, direta ou indireta, foi fundamental ao longo desta caminhada: Wesley Barbosa, Yan Borges, Cristy Rafael, Felipe Garrett, Paloma Souza, Leonam Simões e Juliana Souza. A todos, meus agradecimentos pelos ensinamentos, aprendizados e companheirismo, que tanto me inspiraram.

Manifesto também minha eterna gratidão aos educadores que moldaram meu pensamento, especialmente aos professores do ensino médio: Jander (Filosofia), Sandra e Walter (História), Madson (Física) e Socorro (Matemática), cujo impacto foi significativo em minha formação.

Um agradecimento especial ao Sr. Aroldo e à Sra. Dejandira, que gentilmente abriram as portas de suas casas em Óbidos para me acolherem com carinho por algumas semanas.

Estendo minha gratidão aos diretores, alunos e funcionários das escolas participantes da pesquisa, pela paciência e apoio prestados.

Agradeço também aos colegas do laboratório DABUKURÍ, cujas discussões enriqueceram a problemática da pesquisa com suas distintas perspectivas.

À FAPEAM, pelo suporte financeiro não apenas a esta pesquisa, mas a toda a comunidade acadêmica do estado do Amazonas, minha gratidão pelo trabalho fundamental que realizam.

Ao Professor Dr. Nelcionei, meu orientador, sou imensamente grato pelo apoio constante, valiosos conselhos, paciência e sabedoria ao me guiar. Eternamente grato.

“Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá, de alguma maneira você chega lá”

**Ayrton Senna da Silva**

## RESUMO

Os hábitos alimentares de uma determinada população são regidos por diversos fatores, como a cultura alimentar, a renda, entre outros. Porém, nas últimas décadas, principalmente nas grandes cidades, o avanço da globalização, da indústria e da pecuária intensiva criou verdadeiras "cadeias alimentares" através da produção e transporte de alimentos industrializados, modificando a forma como nos alimentamos. Sobretudo no interior da Amazônia, as transformações no espaço geográfico causadas pelo transporte e comércio desses produtos ocorrem de forma mais sutil. As longas distâncias e a cultura local prevalecem; alimentos regionais misturam-se com alimentos globalizados, modificando os gostos e as práticas alimentares dos moradores locais. A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar os hábitos alimentares dos alunos das escolas públicas do município de Óbidos-PA. Para tal, inicialmente busca-se identificar os determinantes alimentares dos alunos das escolas por meio de estudos sob duas óticas: a produção do espaço urbano do município de Óbidos e sua atual configuração espacial. Como metodologia, foram realizadas abordagens de cunho qualitativo: observações em campo, pesquisas e levantamentos bibliográficos relevantes à pesquisa; e quantitativo: questionários com os alunos e funcionários das escolas. Os resultados obtidos demonstraram uma grande dualidade em relação ao consumo de alimentos globalizados (*fast foods*) e alimentos regionais (frutas, verduras locais) por parte dos alunos das escolas. A venda de alimentos dentro das escolas é livre e não há nenhum tipo de programa voltado para a promoção da saúde escolar. Nesse sentido, as escolas demonstraram-se determinantes na influência da alimentação dos alunos.

**Palavras-chave:** Espaço. Saúde. Alimentação. Globalização. Escola.

## ABSTRACT

The eating habits of a given population are governed by various factors, such as food culture, income, among others. However, in recent decades, especially in large cities, the advancement of globalization, industry, and intensive livestock farming has created true "food chains" through the production and transportation of industrialized foods, changing the way we eat. Particularly in the interior of the Amazon, the transformations in the geographical space caused by the transportation and trade of these products occur more subtly. Long distances and local culture prevail; regional foods mix with globalized foods, altering the tastes and eating practices of local residents. The main objective of this research is to analyze the eating habits of students in public schools in the municipality of Óbidos-PA. To this end, the initial step is to identify the dietary determinants of the students in these schools through studies from two perspectives: the production of urban space in the municipality of Óbidos and its current spatial configuration. As a methodology, qualitative approaches were carried out: field observations, research, and relevant bibliographic surveys; and quantitative: questionnaires with students and school staff. The results obtained demonstrated a significant duality regarding the consumption of globalized foods (*fast foods*) and regional foods (local fruits and vegetables) by the students. The sale of food within schools is unrestricted, and there is no program aimed at promoting school health. In this sense, the schools proved to be determinants in influencing the students' eating habits.

**Keywords:** Space. Health. Food. Globalization. School.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização do Município de Óbidos no estado do Pará.....	13
Figura 2. Mapa de localização da Escola Municipal Raymundo Chaves, Óbidos (PA) .....	15
Figura 3. Estado atual da quadra desportiva da Escola Municipal Raymundo Chaves, Óbidos (PA).....	16
Figura 4. Mapa de localização da Escola Estadual São José, Óbidos (PA).....	17
Figura 5. Rotas fluviais como meio de locomoção e escoamento. a) Cidade com rota fluvial regional e local; b) Cidade com rota fluvial local, regional e transporte de carga em balsas; c) Rotas fluviais que envolvem diversas escalas tendo ou não conexão com as cidades e vilas. ....	31
Figura 6. Alimentos industrializados como salgadinhos e refrigerantes sendo transportados e descarregados no porto da cidade de Óbidos (PA).....	33
Figura 7. Trabalhadores carregando um caminhão com alimentos industrializados no porto de Óbidos (PA).....	33
Figura 8. Fluxograma metodológico da ideia proposta nesta pesquisa.....	51
Figura 9. Aluno comprando lanche na cantina paralela da escola .....	53
Figura 10. Depósito de alimentos da escola .....	54
Figura 11. A vendedora ambulante em frente à escola. ....	55
Figura 12. Palestra participativa realizada na escola São José .....	67

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Consumo de alimentos em casa.....	59
Gráfico 2. Consumo de alimentos na escola.....	60
Gráfico 3. Consumo de alimentos na escola.....	61

## **LISTA DE SIGLAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

PIBIC – Projeto de Iniciação Científica

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PPP - Projeto Político Pedagógico

PSE - Programa Saúde nas Escolas

SUS – Sistema Único de Saúde

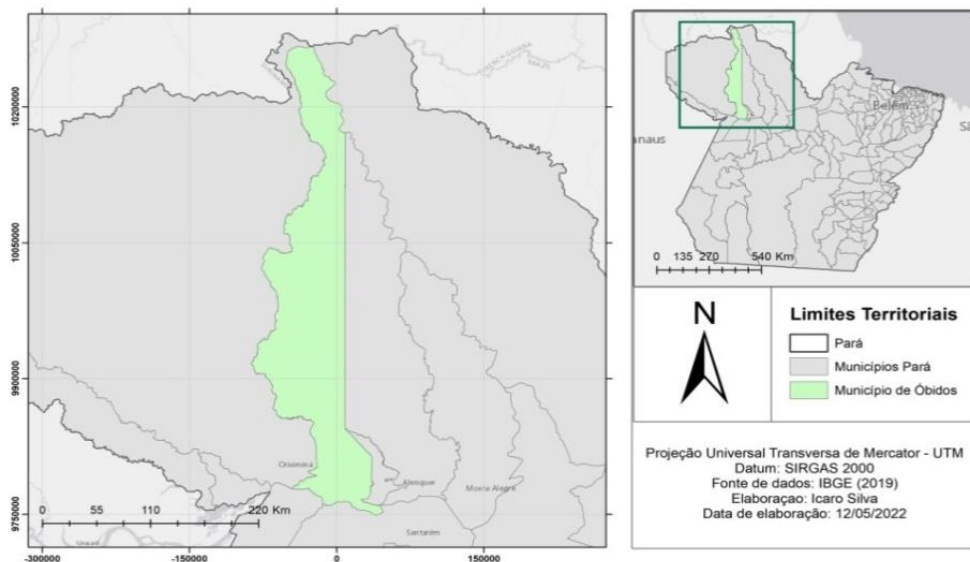
## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO I – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS CIDADES NA AMAZÔNIA DOS GRANDES RIOS .....	19
1.1. O papel dos rios e portos na distribuição e comércio dos produtos alimentícios na Amazônia .....	29
1.2. A historicidade e a configuração espacial da cidade de Óbidos-PA .....	34
CAPÍTULO II – A HOMOGENEIZAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES GLOBAIS.....	40
2.1. O papel da indústria alimentícia na modificação dos hábitos alimentares globais	43
2.2. Os espaços obesogênicos.....	45
2.3. Os determinantes alimentares.....	48
2.4. O espaço geográfico como determinante alimentar.....	51
2.5. A cultura como determinante alimentar.....	57
CAPÍTULO III – A ANÁLISE DOS HÁBITOS ALIMENTARES DOS ALUNOS: PADRÕES E COMPORTAMENTOS ALIMENTARES.....	59
3.1. Da legalidade à prática escolar .....	62
3.2. O papel das escolas: da função social ao observatório da saúde e a promoção da saúde escolar.....	65
3.3. Propostas e recomendações .....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS .....	72
APÊNDICE .....	77
ANEXOS .....	81

## INTRODUÇÃO

O município de Óbidos, localizado a noroeste do estado do Pará, às margens do Rio Amazonas, é um exemplo emblemático das transformações socioespaciais que afetam as pequenas cidades da Amazônia. Com uma população estimada em aproximadamente 52.229 habitantes, distribuídos entre as zonas rural e urbana, Óbidos possui uma vasta área territorial de cerca de 28.021,434 km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Esta cidade, marcada por uma baixa densidade demográfica e pela influência significativa de rios em sua organização espacial, apresenta uma configuração urbana e social única, que reflete os complexos processos históricos e econômicos da região amazônica (Figura 1).

**Figura 1. Mapa de localização do Município de Óbidos no estado do Pará**  
**LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS - PA**



**Fonte:** IBGE (2022). **Elaboração:** Icaro Silva (2022).

Apesar de sua grande área territorial, Óbidos apresenta baixa densidade demográfica, com apenas uma pequena parte de seu território sendo urbana, que corresponde a 1,86 habitantes por quilometro quadrado (IBGE, 2022) área esta que está localizada às margens do rio Amazonas. O município faz fronteira com a República do Suriname ao norte, e com os municípios de Almeirim, Santarém, Jurutí, Alenquer e Oriximiná.

Abguar Bastos (1985), em sua obra *“A <sup>1</sup>Pantofagia ou as Estranhas Práticas Alimentares na Selva”*, descreve como o processo de obtenção de alimento na

<sup>1</sup> Nomeclatura que se dá ao indivíduo que possui o hábito de comer tudo.

Amazônia está envolto em diversos fatores e problemáticas, que vão desde questões culturais até questões biológicas. O ato de se alimentar, assim como as condições que levam um indivíduo a essa ação, transcende o aspecto biológico e, na Amazônia, configura um cenário rico e profundo, intrinsecamente ligado às características geográficas da região.

A pesquisa apresentada nesta dissertação tem como objetivo principal analisar os hábitos alimentares dos alunos das escolas públicas do município de Óbidos-PA. Através de uma abordagem que combina metodologias qualitativas e quantitativas, busca-se identificar os determinantes alimentares dos estudantes, além de verificar a existência de políticas públicas voltadas para a saúde escolar.

As transformações no espaço geográfico amazônico, causadas pelo transporte e comércio de produtos alimentícios, especialmente os industrializados, têm modificado gradualmente os hábitos alimentares das populações locais. Esta dissertação explora como essas mudanças se manifestam no cotidiano dos alunos das escolas públicas de Óbidos, um município que, apesar de sua localização periférica e de sua infraestrutura limitada, revela-se um campo fértil para a compreensão das dinâmicas entre globalização, alimentação e saúde.

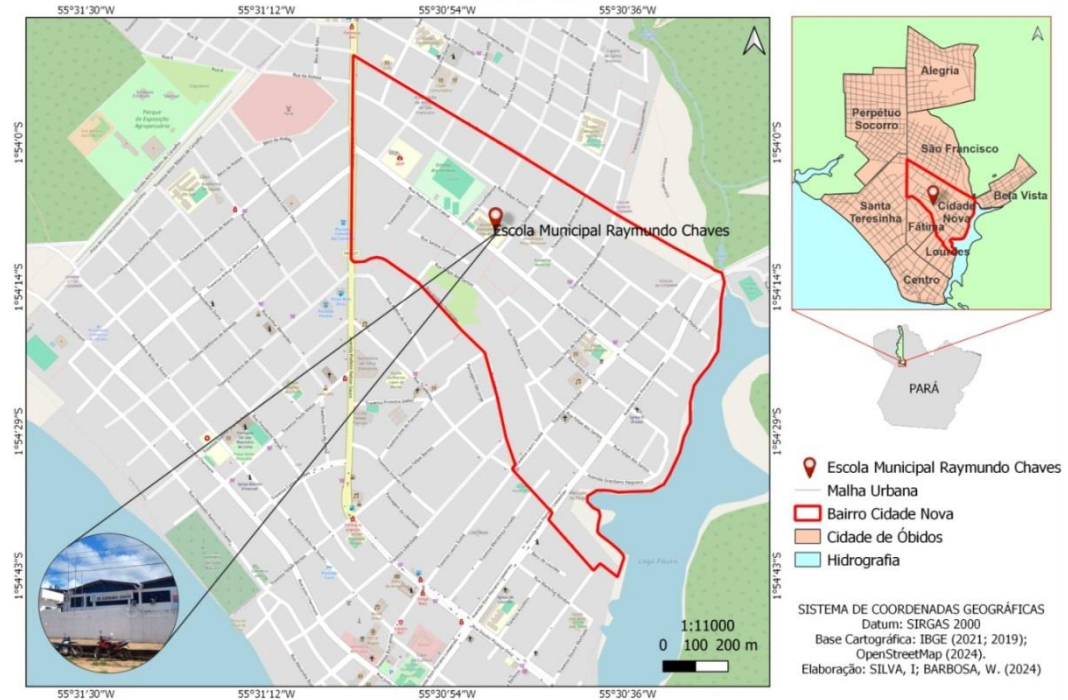
### **Localização da Escola Municipal Raymundo Chaves**

A Escola municipal Raymundo Chaves está localizada no bairro Cidade Nova, na Zona Leste da cidade de Óbidos, possui 332 alunos matriculados (no ano de 2023), e comporta somente alunos de ensino fundamental do 6º ao 9º ano (Figura 2).

A escola, localizada em uma região periférica, enfrenta desafios significativos em sua infraestrutura em comparação com outras instituições da cidade. As salas de aula, por exemplo, carecem de ar-condicionado e contam apenas com dois ventiladores por sala, mantendo-se "arejadas" pela abertura das janelas. Outros problemas estruturais são presentes na escola.

A falta de um auditório, de laboratórios e áreas pavimentadas no interior do prédio impacta diretamente as atividades escolares. Em muitos espaços dentro da escola, os alunos realizam atividades específicas sobre chão de terra batida, evidenciando a precariedade da infraestrutura disponível.

**Figura 2. Mapa de localização da Escola Municipal Raymundo Chaves, Óbidos (PA)**  
**LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RAYMUNDO CHAVES, BAIRRO CIDADE NOVA, ÓBIDOS - PARÁ**



**Fonte:** IBGE (2022). **Elaboração:** Barbosa e Silva (2024).

A quadra esportiva da escola não possui cobertura, tornando-se um espaço pouco utilizado. A ausência de cobertura dificulta a prática de atividades físicas pelos alunos tanto em dias ensolarados, devido ao calor intenso, quanto em dias chuvosos, devido ao acúmulo de água, tornando a quadra perigosa para uso (Figura 3).

Em conversas com alguns alunos, foi possível identificar a insatisfação da maioria deles em relação à precariedade da quadra poliesportiva. Devido ao déficit estrutural, a prática de atividades físicas pelos estudantes na quadra se torna inviável em várias ocasiões ao longo do ano letivo.

O diretor afirma que a escola não dispõe de recursos financeiros para a instalação de um telhado na quadra, apesar de ter feito múltiplos pedidos à prefeitura do município para essa melhoria.

Em uma breve conversa com o professor de Educação Física da escola, foi possível perceber seu descontentamento em relação à impossibilidade de os alunos praticarem atividades físicas em muitos dias do ano. Essa situação tem um impacto direto na saúde coletiva dos estudantes, pois a ausência da prática regular de

atividades físicas pode contribuir para o aumento de doenças metabólicas, como obesidade, diabetes, entre outras.

**Figura 3. Estado atual da quadra desportiva da Escola Municipal Raymundo Chaves, Óbidos (PA)**



Fonte: Autor (2023).

### **Localização da Escola Estadual São José**

A Escola Estadual São José, situada no bairro Santa Teresinha, na Zona Oeste da cidade de Óbidos, abriga 438 alunos matriculados em 2023 e atende estudantes do ensino médio do 1º ao 3º ano (Figura 4).

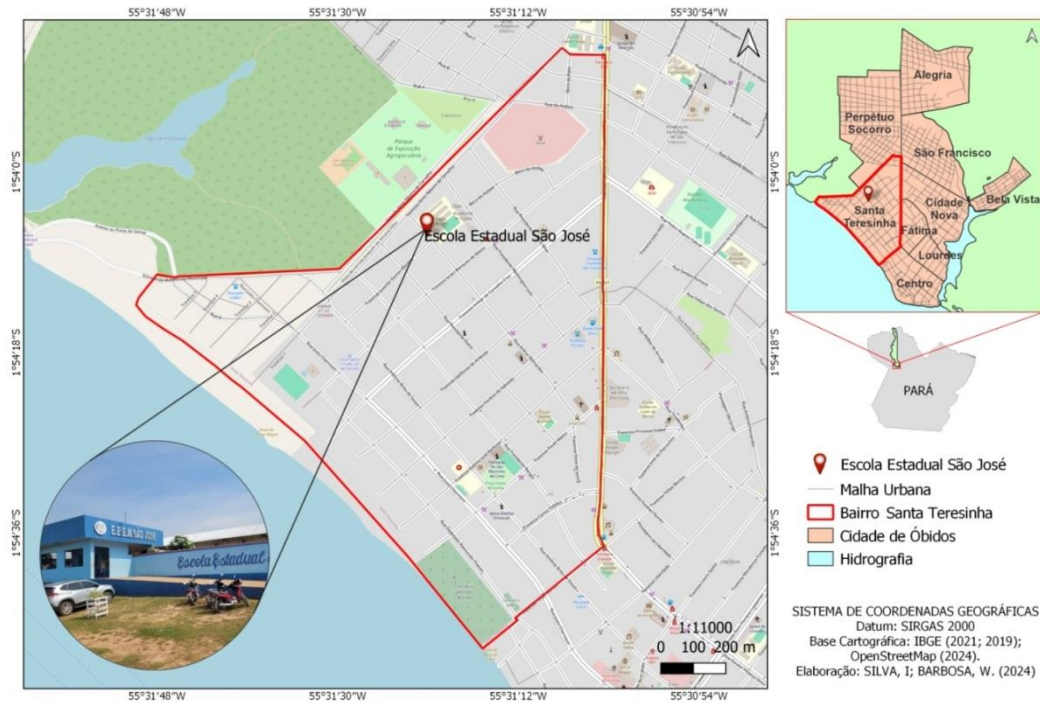
De acordo com a diretora, devido ao financiamento estatal recebido, a escola, assim como outras escolas estaduais da cidade, dispõe de uma estrutura superior em relação a outras instituições. Além disso, por estar situada em um bairro relativamente central, oferece aos alunos uma localização conveniente e de fácil acesso.

A Escola Estadual São José, por sua vez, apresenta uma infraestrutura de qualidade superior em comparação com outras instituições da cidade. Possui uma quadra coberta para atividades físicas, salas de aula equipadas com ar-condicionado, além de cozinhas, banheiros e outros espaços adequados para alunos e funcionários.



**Figura 4. Mapa de localização da Escola Estadual São José, Óbidos (PA)**

**LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO SÃO JOSÉ, BAIRRO SANTA TERESINHA, ÓBIDOS - PARÁ**



**Fonte: Autor (2023).**

Na escolha das escolas, a localização foi um critério importante. A Escola Raymundo Chaves está localizada em um bairro periférico, caracterizado por um perfil socioeconômico mais baixo e alta densidade populacional, o que contribui para a concentração de alunos na escola. Por outro lado, a Escola São José está situada em um bairro mais central, também com alta densidade populacional, atraindo alunos que residem nas proximidades.

Dessa forma, ambas as escolas representam uma amostra populacional que reflete não apenas o ambiente interno da escola, mas também os bairros e áreas circunvizinhas onde estão inseridas.

Para contextualizar o estudo, é fundamental entender o processo histórico de formação da cidade de Óbidos, desde suas origens como um forte estratégico no período colonial até seu papel atual dentro da rede urbana amazônica. A análise abrange as interações entre os agentes locais e os processos globais, destacando como a alimentação dos estudantes se torna um ponto de convergência entre o tradicional e o moderno, o local e o global.

Portanto, esta dissertação não apenas contribui para a geografia da alimentação, mas também oferece insights valiosos sobre as interseções entre espaço, cultura e saúde na Amazônia. Ao investigar os hábitos alimentares dos

alunos de Óbidos, espera-se revelar as complexidades e contradições presentes na produção do espaço urbano amazônico e sua influência na vida cotidiana de seus habitantes.

### **Procedimentos metodológicos**

Para uma melhor compreensão dos processos e etapas metodológicos que foram realizados durante a pesquisa, a análise de dados foi dividida em três etapas, sendo as seguintes:

**Primeira etapa:** levantamento bibliográfico secundário visando conceituar as primeiras noções do tema de pesquisa abordado. Bem como as análises a partir de mapeamentos, fotografias, imagens e observações para obtenção de dados e informações relevantes para a pesquisa, bem como o início da elaboração da dissertação.

**Segunda etapa:** no segundo momento, foi realizada a visita a campo para a coleta de dados a partir de entrevistas e questionários abertos e fechados com os alunos e funcionários da escola. Posteriormente foram realizados processamentos e análises desses dados para a compreensão dos hábitos alimentares dos alunos das escolas a fim de traçar um perfil alimentício dos participantes da pesquisa.

**Terceira etapa:** por fim, foram realizadas juntamente com os funcionários, alunos, professores e gestores, discussões que possibilitaram a formulação de propostas de políticas públicas, educacionais e projetos e sobre a pesquisa e seus resultados, bem como a elaboração da parte final da dissertação.

## **CAPÍTULO I – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS CIDADES NA AMAZÔNIA DOS GRANDES RIOS**

O processo de urbanização e produção do espaço amazônico não deve ser entendido como homogêneo. Compreender os processos que influenciaram a atual configuração da região é primordial para entender os eventos sociais, políticos e culturais que moldaram, ao longo do tempo, a personalidade da região, do povo e de seus hábitos. Os processos históricos, bem como os segmentos que dinamizam a região, apresentam grande complexidade. Analisar e compreender como se deu a produção desse espaço requer uma análise histórica e multidimensional. Nesse sentido, é necessário delimitar alguns parâmetros de análise para minimizar a possibilidade de generalização epistemológica da pesquisa.

A produção do espaço urbano, conforme Santos (2000), será a categoria geográfica utilizada neste estudo. Nela ocorrem todas as transformações físicas, sociais, biológicas e inter-relações que alteram o espaço geográfico como um todo. O presente trabalho propõe-se a analisar o espaço geográfico do perímetro urbano da cidade de Óbidos, no Pará. Portanto, é preciso analisar e entender o contexto real da cidade, partindo de suas peculiaridades, seu cotidiano e as diversas camadas vivenciadas por sua população no dia a dia. Afinal, é necessário considerar que alguns conceitos sobre a fundamentação do espaço geográfico, na maioria das vezes, não se aplicam à produção e reprodução do espaço geográfico amazônico.

Sendo assim, não cabe aqui propor uma análise teórica superficial da cidade e posteriormente partir para a realidade, mas sim analisar primeiramente o contexto da cidade e sua dinâmica para depois realizar um paralelo conceitual analítico com os fatores abrangentes ligados ao processo da penetração da globalização no território e no espaço geográfico de Óbidos, que influenciam modificações na estrutura material e imaterial da cidade e da região como um todo.

Lima (2014), em estudo sobre a urbanização da região amazônica, cita a importância da análise regional e local para os estudos geográficos na região amazônica. Segundo o autor, é crucial considerar as especificidades locais para uma compreensão mais aprofundada e precisa da dinâmica urbana amazônica.

Na ciência Geográfica, não se pode partir de princípios gerais para explicar espaços, regiões, territórios e lugares que, a despeito de apresentarem semelhanças em variados graus, jamais poderão ser iguais em suas

dinâmicas socioespaciais e processos históricos, o que permite afirmar que regiões densamente ocupadas com o processo de urbanização e metropolização, conceitos criados para explicar essa realidade, não pode possuir os mesmos parâmetros de análise de regiões cuja dinamicidade é outra que não aquela para a qual o conceito foi criado (Lima, 2014, p. 43).

O presente trabalho propõe-se a analisar a produção do espaço amazônico utilizando dois parâmetros epistemológicos analíticos. O primeiro está ligado às teorias gerais da geografia, que explicam o espaço e sua produção, enquanto o segundo está vinculado às teorias locais e regionais que explicam a produção regional desse mesmo espaço. É importante ressaltar que não haverá uma ordem cronológica para os dois parâmetros, uma vez que ambos serão utilizados de forma conjunta.

Diversos processos e eventos históricos moldaram a produção do espaço na região. Desde as grandes navegações, como as lideradas por Pedro Teixeira e Francisco Orellana, até os processos de aviação dos barracões no século XX, das grandes obras nas décadas de 1960 durante o regime militar, até o processo de desconcentração econômica do século atual, entre outros. Tais processos ajudaram a construir um padrão de rede urbana que engloba todas as cidades da região amazônica, que são, ao mesmo tempo, resultado desses eventos históricos, formas presentes na concretude espacial da região, e funções que as próprias cidades realizam através do vai e vem contínuo dos fluxos de pessoas e produtos na região, dando vida social, política e econômica à presente rede urbana amazônica. Mais adiante, iremos nos aprofundar em tais processos históricos, mas antes é preciso compreender as especificidades da rede urbana da região.

Na “Amazônia Ocidental, o fenômeno da urbanização ocorre de forma desigual, dispersa e concentrada” (Lima, 2014, p. 53). Essa afirmação levanta uma discussão importante sobre o processo de urbanização na Amazônia e traz à tona algumas questões: quais foram os fatores que moldaram o processo de urbanização na região? Qual o padrão desta urbanização? Que tipo de rede urbana se instaurou?

O processo de urbanização na Amazônia, ao longo do tempo, é desigual por conter um caráter histórico pautado em modelos de desenvolvimento estatais e internacionais, que privilegiaram algumas cidades em função do mercado internacional e desprezaram outras pelo mesmo motivo. Sendo assim, cidades como Manaus e Belém passaram por um processo de urbanização acelerado (hoje

metrópoles), concentrando serviços, contingentes populacionais e capitais, fazendo parte de uma rede internacional de comércio, informação e transportes, enquanto outras cidades, relativamente próximas a estas metrópoles (e muitas delas fazendo parte da região metropolitana das mesmas), não estão englobadas dentro deste processo.

Na região, inicia-se um processo de desenvolvimento urbano desigual das cidades da Amazônia, pautado pela penetração da globalização. Tais cidades fazem parte de uma complexa rede urbana amazônica, onde os centros urbanos estão articulados entre si através das malhas viárias e, principalmente, pela ligação dos rios e portos que conectam esses centros através do transporte de passageiros e produtos.

O primeiro resultado dessa urbanização desigual, dispersa e concentrada está no surgimento de grandes centros urbanos ou "ilhas urbanas" (Lima, 2014) na região, decorrente do processo acelerado de acúmulo de capital impulsionado pela globalização industrial. Dentro deste cenário, Manaus e Belém surgem como as duas grandes metrópoles da região, concentrando diversos serviços como sistemas bancários, oportunidades de emprego, serviços alimentícios, sistema de saúde e serviços sociais em geral, que grande parte das cidades menores que fazem parte da rede urbana da região não possuem. Dessa forma, as populações que residem nas cidades próximas a essas duas grandes metrópoles acabam recorrendo, em algum momento, aos serviços prestados em Manaus e Belém, devido à precariedade dos serviços básicos das cidades médias e pequenas.

Outro resultado dessa urbanização é o processo de migração das populações que residem em cidades médias e pequenas em direção a essas metrópoles, principalmente a partir da década de 1970, período pós-instalação da Zona Franca de Manaus, que, segundo Lima (2014, p. 56), "não ocorreu somente pelo fato das condições precárias no interior, mas pelo fato de que a cidade representava a ilusão de uma busca, uma ideologia de que o meio urbano daria as condições do ser moderno, inserido num mundo melhor, de mais oportunidades". De fato, grandes partes das migrações que ocorreram nas décadas de 1970 e 1980 na região resultam da instalação de grandes complexos industriais em Manaus e Belém na década de 1970, criando assim grandes atrativos para essas populações do interior da região, que visavam a busca por uma melhoria de vida.

Diversos cenários surgiram dentro do processo de crescimento dessas cidades, como o aumento populacional em Belém e, principalmente, na cidade de Manaus. A partir da década de 1980, mesmo período em que o Brasil passa a ser um país urbano, a falta de planejamento estatal dessas capitais impediu que elas suportassem o contingente populacional exacerbado. Isso resultou em um crescimento desorganizado de seus territórios, ocasionando o surgimento de diversos problemas urbanos, como desmatamento de florestas nativas em grandes áreas, ocupações de áreas de encostas e nas margens dos igarapés dessas cidades, aumento da violência urbana e falta de saneamento básico para esses moradores, entre outros.

Para Lima (2014), o estado tem um papel importante na produção do espaço urbano na região, principalmente nas décadas de 1960 a 1980, quando a Amazônia passa a ser vista como uma área de "vazio" nas esferas ideológica e política, e em relação à demografia. Historicamente, dentro do território nacional, sempre foi vista pela sociedade e classe política como uma região a ser ocupada e explorada.

Um grande exemplo da ação do estado na alteração da rede urbana na região foram os grandes projetos de desenvolvimento que tiveram início na década de 1960. Até meados do século XX, a rede urbana da Amazônia seguia um padrão ribeirinho, dendrítico, herança do processo de colonização e exploração europeia. A maior parte das vilas e cidades estava localizada nas margens dos rios ao longo de toda a bacia amazônica. A partir da década de 1970, esse padrão sofreu uma alteração, induzida e financiada pelo estado brasileiro, através da construção de grandes projetos de ocupação. A base principal desses projetos era a abertura de estradas que cortaram a mata da região, alterando toda a matriz da rede urbana anterior.

O resultado dessa ação estatal, além da transformação de um padrão ribeirinho para um padrão rodoviário (agora pautado no rodoviarismo), foi o surgimento de cidades totalmente desvinculadas dos rios. Sua organização socioespacial e suas conexões com o meio e seus moradores são artificiais e seguem um arranjo espacial pautado por alguma empresa ou companhia, sendo chamadas de "*Company Towns*".

Becker (1997) cita algumas cidades na Amazônia dentro do processo de transformação da rede urbana, que surgiram a partir desse modelo, como

Parauapebas e a Vila de Carajás, no estado do Pará. Oliveira (2000) menciona a cidade de Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas, entre outras. Esses modelos de cidades surgem contrapondo o antigo modelo "tradicional" ribeirinho, onde o arranjo espacial e a produção e reprodução desse espaço urbano não têm relação com a dinâmica dos rios, mas sim com as rodovias. Portanto, a partir do período que se estende pós-década de 1970 até os dias atuais, dois "modelos" de produção de uma rede urbana amazônica surgem como norteadores de uma pré-periodização dessas cidades na região: um pautado na malha hidroviária e outro na rodoviária.

Um dos exemplos desses modelos são as diversas cidades presentes na Amazônia que possuem processos históricos de formação distintos. Exemplos de cidades rodoviárias incluem Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas, e Rurópolis, no estado do Pará. Entre as cidades ribeirinhas, temos Beruri (AM) e Breves (PA). Já as cidades mistas, que possuem diferentes formas de acesso, incluem Itacoatiara (AM), Santarém (PA) e Óbidos (PA).

Esse arranjo espacial distinto entre as diversas cidades e vilas na Amazônia ocasiona o surgimento de dois padrões de transporte na região: um hidroviário e outro rodoviário. Esses padrões influenciam diretamente o aumento do fluxo de transporte de pessoas e produtos (na maioria das vezes alimentícia) entre as cidades vizinhas.

Analisar o processo de urbanização das cidades da Amazônia somente pelo arranjo espacial ou pela forma como está distribuído na região (pelo rio ou pelas estradas) é reduzir o complexo processo de produção desse espaço a um caráter estático e engessado. O dinamismo espacial da região ultrapassa o caráter descritivo dos lugares. A vida social, dinâmica e complexa do ribeirinho amazônico dá vida ao território, às suas formas, processos e funções. Cidades, vilas e comunidades, além de realizarem diversas ligações entre si (a partir de trocas de mercadorias, pessoas e informações), exercem funções diferentes na Amazônia, geralmente ligadas à disponibilidade de recursos naturais e econômicos.

Um grau de hierarquização, mesmo que informal e empírico, emerge a partir de um senso crítico comum. Algumas cidades ganham "força" econômica, política e até turística maior do que outras, por motivos principais como a localização geográfica no território e a disponibilidade de recursos naturais e econômicos. Esse

fato se materializa na crença popular, que se pode ouvir no dia a dia dos moradores da região, de que uma cidade é "mais importante" ou "mais desenvolvida" do que outra, principalmente por fatores econômicos.

Um grande exemplo é a forma como alguns moradores comparam o desenvolvimento urbano da cidade de Óbidos com o de Oriximiná, também no Pará. A fala popular, que podemos ouvir ao caminhar pela cidade de Óbidos, nos mercados, nas escolas, nas ruas, é de que a cidade "parou" no tempo. Segundo os moradores, a infraestrutura de Óbidos é inferior e estagnada em comparação com Oriximiná, localizada na mesma calha do rio Amazonas, à proximidade oeste de Óbidos. A causa disso, segundo os moradores, é o projeto de mineração na Região de Porto de Trombetas, um distrito do Pará próximo a Óbidos.

A linguagem popular, apesar de empírica e informal, muitas vezes apresenta uma proximidade com a realidade vivida da cidade. Em uma entrevista aberta, o ex-secretário de educação de Óbidos (e também diretor de uma das escolas participantes da pesquisa) explicou alguns fatores que contribuem para as diferenças estruturais entre as cidades, reafirmando a fala popular sobre o caso. De fato, os royalties gerados pela grande atividade mineradora no Distrito de Porto de Trombetas influenciam diretamente o desenvolvimento da estrutura de Oriximiná. A estrutura da cidade é produzida e reproduzida pelas empresas ali instaladas, que utilizam o território da cidade para instalação de suas estruturas e para a distribuição e escoamento de seus produtos através das rodovias.

Outra forma de expressão das diferenças hierárquicas, ou da importância dessas cidades relacionadas umas às outras, diz respeito às suas localizações. Cidades localizadas nas margens do rio Amazonas tendem a possuir um grau de importância maior na região, seja pelo deslocamento de pessoas e produtos, seja pelo turismo anual. Os portos desses municípios tornam-se paradas obrigatórias para os barcos que descem e sobem os rios da região a todo o momento, descarregando produtos, transportando pessoas e dando um dinamismo adicional para as cidades ribeirinhas.

Já as cidades ou vilas localizadas no interior da floresta, distantes das margens dos rios, que frequentemente só podem ser acessadas por meio de rodovias, na maioria das vezes restringem o acesso a um único modal de transporte,



o rodoviário. Nesse contexto, essas localidades tendem a apresentar um menor dinamismo econômico e populacional.

Nota-se então que as cidades da região possuem diversos processos de formação e principalmente diferentes tipos de acesso, resultando assim em um dinamismo espacial e na produção e reprodução do território de cada uma delas de forma distinta. Isso ocasiona uma importância territorial e logística distinta de uma cidade em relação a outra, materializada na maneira como cada uma influencia as cidades próximas, seja por serviços econômicos, turísticos, políticos, de saúde, entre outros.

Schor, Oliveira e Costa (2009), em um estudo sobre o processo de formação da rede urbana local, chamam a atenção para esse dinamismo espacial que as cidades da região possuem. Segundo os autores, nota-se o surgimento da importância de uma periodização da rede urbana da região amazônica, dada a complexidade e dimensão da mesma. A falta de uma periodização poderia resultar em uma "desorganização" hierárquica das cidades da região. Para os autores, a criação de um sistema organizado (pelo menos teórico) de uma rede urbana própria seria necessária para a organização dessas cidades, por meio de uma hierarquização, pautada na força da influência e na importância política, econômica e social umas sobre as outras.

A elaboração de uma periodização da produção do espaço na região amazônica requer atenção a diversos aspectos específicos. A vida na Amazônia, especialmente a percepção do tempo, os processos e a dinâmica da região, dependem e variam de local para local. Ao discutir o processo de divisões periódicas dessas cidades, estamos sempre nos referindo a algo ou a um quê que, em nosso caso, se refere à totalidade espacial da cidade de Óbidos.

Uma questão que surge ao criar divisões históricas dentro do processo de formação de um espaço, como o espaço amazônico, é se a totalidade espacial amazônica pode ser organizada hierarquicamente. A resposta é sim, uma vez que cidades diferentes, situadas em diversas localidades na Amazônia, apresentam características e processos de formação internos distintos entre si. Como mencionado anteriormente, essas diferenças são influenciadas por fatores como localização e poder econômico baseado na disponibilidade de recursos naturais,

resultando em funções variadas e diferentes níveis de "importância" em relação às suas cidades vizinhas.

Segundo Corrêa (1987, p. 39), "consideramos a periodização como uma operação intelectual que permite definir os tempos históricos, em que em cada um deles, o pesquisador torna visível e inteligível". Nesse sentido, entende-se que ao realizarmos um estudo de periodização de uma região, conseqüentemente analisamos uma sequência de combinações desiguais e indissociáveis da totalidade social, que, segundo o autor, pode ser tanto econômica, jurídica, ideológica, política (e a nosso ver também histórica ou os processos sequenciais que produziram essa totalidade social).

Sendo assim, a periodização de uma região (aqui da Amazônia) são os processos e eventos (ou a intensidade desses) aos qual essa determinada região foi submetida ao longo do tempo, sendo a rede urbana, bem como a vivência dos moradores que a ela dão vida e a dinâmica, a materialização desta periodização.

Em um estudo sobre o processo de urbanização da Amazônia brasileira, Schor, Oliveira e Costa (2009) referem-se à importância de uma análise espaço-temporal mais aprofundada para o entendimento da classificação das cidades amazônicas, bem como da produção do espaço dessas, segundo os autores.

A análise espaço-temporal do estudo do urbano no Amazonas é essencial para entender a dinâmica espacial, pois a região congrega tempos e espaços diferentes e desiguais, sendo que alguns desses espaços se inserem plenamente na modernidade globalizada enquanto outros se perpetuam na dinâmica local. (Schor, Oliveira e Costa, 2009, p. 36)

Nesse contexto, encontramos diversos pontos relevantes discutidos pelos autores. A peculiaridade geográfica da região amazônica tem um impacto direto na produção do espaço urbano das cidades da região e, conseqüentemente, na sua integração ao processo de globalização. Os autores sugerem que a percepção do espaço-tempo na região varia significativamente de local para local, enquanto as distâncias físicas entre as cidades não necessariamente influenciam o processo de urbanização.

Segundo a autora, "A proximidade a Manaus não implica necessariamente na sua inserção no ritmo da globalização nem a sua distância ao ritmo local" (Schor, 2009, p. 37). Sendo assim, cidades pequenas e vilas que estão localizadas próximas a metrópoles como Belém e Manaus não têm seu processo de inserção em redes

comerciais internacionais apenas por sua localização “privilegiada”. É preciso levar em consideração as peculiaridades locais como os rios, as grandes distâncias e os modais de transporte que irão influenciar diretamente na dinâmica local e na percepção dos tempos e na produção dos espaços da região.

Aqui nos referimos à percepção dos espaços e tempos materializados no dia-dia dos moradores, em suas vivências, a forma como se deslocam pela região, como produzem e como se organizam de forma diferente no território a partir de cada local, bem como o tempo das instituições, das empresas e indústrias. Afinal, ao perceber o espaço-tempo de forma diferente, a produção desse espaço através do trabalho, do cotidiano dos moradores dessas cidades também será distinta.

Corrêa (2009) refere-se a esses diferentes tempos de “segmentos velhos e segmentos novos”, reforçando a ideia das diferenciações temporais na Amazônia. Santos (2001, p. 180), em uma discussão mais ampla sobre o tema, citam tais percepções do espaço temporal como “tempos lentos e tempos rápidos”, segundo o autor:

[...] de um lado, o que nós chamamos tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido; e vice-versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar.

Na sequência, o autor completa sua linha de pensamento, levantando uma discussão sobre a definição de “tempos rápidos” e “tempos lentos”, segundo Santos (2002, p. 180):

No passado, era possível, no mesmo subespaço, a justaposição do tempo lento e do tempo rápido. Ambos se podiam dar paralelamente, sem superposição funcional obrigatória. Não há, pois, tempos absolutos. E, na verdade, os “tempos intermediários” temperam o rigor das expressões tempo rápido e tempo lento [...].

Entendemos que essa percepção de tempos novos e velhos está ligada diretamente à penetração da globalização nessas cidades, através de diversos fatores como suas indústrias, produtos e até mesmo pelo capital que se insere nesses locais por meio de transportes materiais (produtos alimentícios) e imateriais (informações, capital), transformando essas cidades e seus territórios e modificando a forma de vida dessas populações pela produção do trabalho. Dessa forma, a percepção do tempo é alterada, o que antes era tempo “velho” aos poucos é substituído pelo tempo “novo”. Nesse sentido, a percepção do tempo varia de lugar

para lugar, de região para região, de cidade para cidade, tendo como base a influência transformadora da globalização.

É verdade que na região Amazônica encontramos diversas cidades com características e processos de formação diferentes, resultando em uma pluralidade de categorias urbanas específicas, como metrópoles, vilas, comunidades, entre outros. Em específico, Manaus e Belém, as duas principais metrópoles da região, estão diretamente inseridas no processo de globalização mundial por estarem conectadas através de uma rede de comércio e transportes nacionais e internacionais. O tempo (ou a percepção dele) pelas pessoas que residem em uma dessas metrópoles é vivenciado e percebido de forma rápida, onde o dia parece “passar mais rápido”, característica comum das grandes cidades regidas pelo horário industrial de produção (essa característica está diretamente ligada ao consumo de alimentos mais rápidos, *fast foods*, ou mais lentos, *slow foods*, conceitos que serão apresentados posteriormente).

Por outro lado, no interior da região, as pequenas cidades e vilas que não estão inclusas nesse sistema global de produção e não seguem um horário comercial imposto aos seus moradores percebem o tempo “mais lento”, onde o dia parece passar mais devagar. A rotina serena dessas cidades e suas experiências diárias expressam a força do lugar, anterior ao processo de globalização.

E assim encontramos dois cenários: as cidades interioranas, que apresentam uma percepção do tempo lento, e as metrópoles, como Manaus e Belém, onde o horário comercial rege as ações e “encurta” o tempo. Outras cidades, estrategicamente localizadas na região amazônica, especialmente na calha do rio Amazonas, exercem funções econômicas e logísticas primordiais por estarem conectadas a uma rede de transporte dentro da própria região. No Amazonas, temos o caso de Parintins, e no estado do Pará, as cidades de Juruti, Oriximiná, Santarém e a cidade de Óbidos, que é nosso local de estudo.

As cidades citadas acima, em específico Óbidos, exercem uma função primordial na logística local. Historicamente por estar localizada na parte mais estreita do rio Amazonas (na chamada garganta do Amazonas), sempre foi parada obrigatória dos viajantes que subiam ou desciam o rio. Antes, eram comerciantes em busca das drogas do sertão; hoje, são comerciantes que escoam a produção do agronegócio, do turismo e da indústria local.

Óbidos se insere num padrão de desenvolvimento de transição dentro dos cenários expostos. Ao caminhar pelas ruas da cidade, podemos vivenciar a transformação acontecendo *in loco* no território obidense, afetada pela globalização, porém mantendo seus costumes e modos de vida tradicionais. Um grande exemplo disso é a alimentação dos moradores da cidade, que é afetada pela ação desses dois processos. Alimentos globalizados (novos) e alimentos tradicionais (antigos) fundem-se no cotidiano da cidade obidense, transformando hábitos, gostos e costumes desses moradores. Dessa forma, a percepção do tempo na cidade pelos seus moradores e viajantes não ocorre através dos "tempos lentos" ou "tempos rápidos", mas sim por meio dos "tempos intermediários" (Santos, 2002).

Assim, a produção do espaço da cidade, assim como a percepção do tempo, dilui-se entre o novo e o velho, o moderno e o antigo, o lento e o rápido, não de forma separada, mas conjunta. Os tempos se fundem, criando um cenário em que o tempo e a paisagem parecem estar em "transição", e os costumes, tradições e modo de vida antigo (tradicional) estão presentes na paisagem, porém sendo modificados a todo o momento pela penetração da globalização industrial na região. Um exemplo significativo disso é a transformação da alimentação dos moradores locais, que discutiremos adiante.

### **1.1.O papel dos rios e portos na distribuição e comércio dos produtos alimentícios na Amazônia**

A rede hidrográfica amazônica constitui para a Amazônia, como um todo, o modal de transporte mais importante e mais utilizado pelos moradores da região. Para frota (2006, p. 113), "o transporte hidroviário na bacia Amazônica reveste-se de grande importância econômica e social sobre os mais diversos aspectos, desde o de subsistência com o transporte de pequenas cargas e passageiros, até o de maior vulto, isto é, de cabotagem".

De fato, os rios amazônicos exercem uma influência direta na forma como as pessoas se deslocam e na maneira que vivem na Amazônia. Porém, não somente isso, tudo o que se come ou se usa na região está ligado diretamente aos rios e aos seus portos, afinal "[...] a vida nas vilas e nas cidades amazônicas está ligada ao rio e à floresta" (Oliveira, 2006, p. 27).

O uso dos rios e dos portos pelos moradores ultrapassa o fator logístico. O vai e vem dos barcos, balsas e lanchas, e o movimento diário dos portos da região nos apresenta um cenário imprescindível para o entendimento do modo de vida local. As características hidrográficas (e geográficas) da região amazônica sempre fizeram do modal de transporte hidroviário, através de barcos, lanchas e voadeiras, um grande e importante meio de transporte na Amazônia, com grande capacidade de uso logístico para moradores, comerciantes locais, empresas, dentre outros.

Em um estudo sobre a cultura dos rios e das cidades na Amazônia, Oliveira (2006) apresenta uma visão profunda sobre o papel dos portos nas pequenas cidades do interior da região.

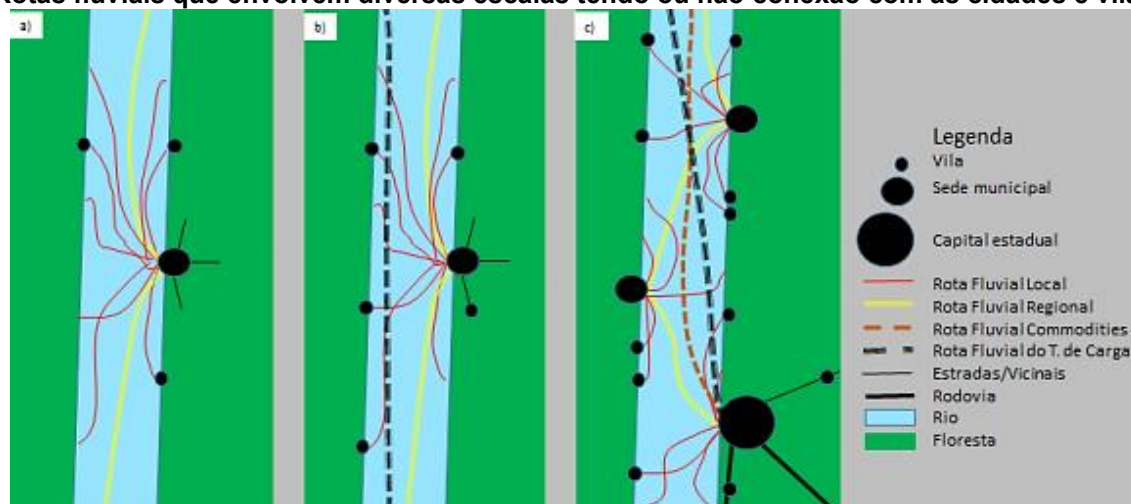
O porto é por onde se chega e se vai; ele contém a possibilidade do entendimento da cidade, pois a vida começa no porto, menos pelo movimento, mais pelo fato de ele encerrar quase tudo que a cidade possui e que nela falta. O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade, lugar privilegiado dos enigmas amazônicos, transfigurados em enigmas do mundo, a nos interrogar sobre o nosso passado, presente e futuro. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre a realidade e a ficção, possibilitando-nos leituras múltiplas de espaços-tempos diversos (Oliveira, 2006, p. 27).

De maneira singular, o porto de uma única cidade exerce o papel de ponto de partida e de chegada para pessoas e produtos (sejam alimentícios ou não), conectando os seus moradores ao resto da região e ao rio. De maneira ampla, os diferentes portos das diversas cidades, presentes ao longo de toda a malha hidroviária da bacia amazônica, formam uma rede de transporte que conecta todas (ou a grande maioria) das cidades da rede urbana na região.

A praticidade e as características da bacia amazônica norteiam não somente o deslocamento dos moradores da região, como também das grandes empresas, indústrias e produtores agropecuários, que utilizam os rios para o escoamento de suas produções, bem como para a importação e exportação de matérias-primas.

Sendo assim, surgem, nos principais rios da região, diversas rotas distintas que expressam as diferentes modalidades econômicas e não econômicas praticadas por todos na região, utilizando os rios como meio de locomoção e escoamento. Nogueira e Neto (2023) apresentam um esquema onde as diferentes rotas podem ser observadas (Figura 5).

**Figura 5. Rotas fluviais como meio de locomoção e escoamento. a) Cidade com rota fluvial regional e local; b) Cidade com rota fluvial local, regional e transporte de carga em balsas; c) Rotas fluviais que envolvem diversas escalas tendo ou não conexão com as cidades e vilas.**



Fonte: Nogueira e Neto (2023).

Nesse sentido, as vilas, sedes municipais e as capitais dos estados apresentam diferentes tipos de rotas, oriundas das diversidades econômicas encontradas na região, e terão como apoio diversos tipos de estruturas (como portos, flutuantes e marinas) financiadas pelo estado ou por instituições privadas. Um exemplo disso são as rotas comerciais de transporte de passageiros e as rotas comerciais de escoamento de cargas das zonas industriais da região. Enquanto a primeira estabelece uma rota onde os barcos médios atracam somente em algumas sedes municipais ao longo da descida ou subida do rio, transportando pessoas e produtos alimentícios, a segunda fundamenta-se em embarcações maiores, de grande porte, que atracam somente nas grandes capitais estaduais da região, transportando grandes containers carregados com matérias-primas para a produção da Zona Franca de Manaus.

Ao viajarmos pelos rios da Amazônia, é comum encontrarmos produtos sendo transportados a todo momento por barcos e balsas regionais, que são descarregados nos portos ao longo de várias paradas por todo o caminho. Esses produtos chegam diariamente a essas pequenas cidades, que recebem a carga, na maioria das vezes, oriunda de Manaus e Belém, alterando assim a forma como os moradores consomem alguns produtos (principalmente os industriais) nessas pequenas cidades.

No entanto, é importante destacar que devido à extensão da bacia hidrográfica da região, uma hierarquia hidrográfica se estabelece, com a calha dos

principais rios desempenhando um papel central. Um exemplo dessa hierarquia são as distintas características das redes urbanas e hidrográficas presentes nas cidades localizadas ao longo das calhas do Solimões e do rio Amazonas. Em relação a isso, Schor, Costa e Oliveira (2009, p. 38) mencionam que:

[...] em termos de rede urbana, existe uma enorme diferença entre o rio Solimões e o rio Amazonas. A rede urbana do Solimões tem características distintas da do rio Amazonas, pois, com uma dinâmica local e infraestrutura urbana precária, permanece distante da inserção na dinâmica de desenvolvimento regional e nacional. Já a rede urbana do rio Amazonas [...] é mais homogênea em termos de disponibilidade de infraestrutura e de fluxos entre elas.

Nesse sentido, segundo Schor, Costa e Oliveira (2009), a diferença quantitativa de fluxos de pessoas e, principalmente, de produtos que são transportados entre as duas redes urbanas faz com que a rede urbana do rio Amazonas apresente um padrão estrutural mais homogêneo, em que suas principais cidades (que estão presentes nas margens deste rio) se conectam de forma linear.

Já as cidades que estão presentes na rede urbana do rio Solimões, por possuírem um menor fluxo de transporte, apresentam uma menor ligação com a rede urbana da Amazônia como um todo, resultando assim em um padrão pouco complexo e pouco inserido na malha urbana local. "Isso se dá principalmente pelo fato de que os fluxos vindos de Belém e Santarém, no estado do Pará, deixam seu rastro no caminho [...]" (Schor, Costa e Oliveira, 2009, p. 39).

Sendo assim, vilas e cidades localizadas dentro da rede urbana do rio Amazonas recebem uma quantidade diária de produtos oriundos de Manaus e Belém (principalmente os alimentícios industrializados como refrigerantes, salgadinhos, bolachas recheadas, dentre outros), que são descarregados a todo momento em seus portos, abastecendo assim o mercado local desses municípios.

A cidade de Óbidos, ligada diretamente aos fluxos do rio Amazonas, participa diretamente desta rede urbana, uma vez que está localizada no ponto mais estreito do rio. A "garganta" do Amazonas é ponto de passagem obrigatório para quem sobe o rio em direção a Manaus e para quem desce o rio em direção a Belém.

Lanchas, barcos, voadeiras e balsas regionais atracam a todo momento no porto da cidade obidense, carregados de produtos alimentícios na grande maioria



industrializados (Figura 6), realizando diversos descarregamentos de suas cargas nos portos flutuantes, que posteriormente serão transportados por caminhões e carretas aos comércios, feiras, mercados e, conseqüentemente, às escolas da cidade (Figura 7).

**Figura 6. Alimentos industrializados como salgadinhos e refrigerantes sendo transportados e descarregados no porto da cidade de Óbidos (PA)**



Fonte: Autor (2022).

**Figura 7. Trabalhadores carregando um caminhão com alimentos industrializados no porto de Óbidos (PA)**



Fonte: Autor (2022).

Segundo Souza (2016), nas cidades de difícil acesso ou distantes das grandes metrópoles, como a cidade de Óbidos, onde na maioria das vezes só é possível chegar de barco, não é a força da globalização que altera a paisagem e o

modo de vida dos moradores, mas sim seus produtos que chegam a todo momento a essas cidades pelo modal hidroviário, e que são descarregados em seus portos, transportados para os mercados, tendo como ponto final o consumo dos moradores, alterando seus hábitos alimentares, a paisagem local e seus costumes tradicionais. Nesse sentido, nas cidades interioranas da região amazônica, os produtos alimentícios agem como modeladores e transformadores não somente dos gostos, dos hábitos alimentares e da cultura alimentar, mas também da paisagem local, através de sua presença cotidiana na mesa e no prato dos moradores.

É importante ressaltar que existem variantes que ajudam a dinamizar o fluxo de transporte de produtos durante diferentes épocas do ano na região. No caso da cidade de Óbidos, os fluxos aumentam principalmente no final do ano, nos meses de novembro e dezembro, devido às festas de fim de ano, e principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, época dos festejos de Carnaval tradicionais na cidade obidense.

Sobre isso, Nogueira e Neto (2019, p. 4), em um estudo sobre o transporte e a logística na região amazônica, citam que “[...] os eventos locais, como as festas, atraem centenas de pessoas das cidades e vilas próximas da cidade sede do acontecimento, constituindo uma conjunção de rotas de deslocamento e uma margem de rio com dezenas de embarcações”. Na cidade de Óbidos, os festejos ocasionam um aumento significativo de fluxos de pessoas e produtos alimentícios, como bebidas e industrializados, que chegam a todo momento no porto da cidade e são oriundos da cidade de Manaus.

O aumento do fluxo de pessoas significa o aumento do fluxo de produtos alimentícios, que principalmente nos meses de novembro a fevereiro, abastecem de maneira significativa a cidade de Óbidos, ajudando assim a modificar a forma como os moradores e estudantes das escolas (estes residentes da cidade de Óbidos) consomem esses produtos e como se alimentam, uma vez que o comércio de alimentos local é ligado diretamente aos produtos que chegam a todo momento à cidade.

## **1.2.A historicidade e a configuração espacial da cidade de Óbidos-PA**

A cidade de Óbidos, assim como a maioria das cidades de médio e pequeno porte no interior da Amazônia, possui sua formação histórica associada ao período

colonial do Brasil. A chegada dos europeus à região no século XVI marcou o início de uma profunda transformação no espaço amazônico, impactando diretamente as populações indígenas locais, seus modos de vida, gostos e costumes.

Miranda (2009) destaca que essa história pode ser dividida em três períodos distintos: a) o primeiro período abrange o final do século XVI e o início do século XVII, caracterizado pela invasão das terras amazônicas por viajantes independentes de origem europeia e asiática, em busca do El Dorado e dos supostos tesouros da região; b) o segundo período, datado de 1580 a 1640, ocorreu sob o domínio das coroas ibéricas, quando foram realizadas incursões na região com dois objetivos principais: expulsar os invasores franceses, ingleses e holandeses, que disputavam o território recentemente ocupado por portugueses e espanhóis, e fortalecer militarmente a região através da fundação de vilas e cidades estratégicas. Um aspecto relevante deste período são as missões religiosas da Igreja Católica, que desempenharam um papel significativo na catequização dos povos indígenas locais, visando à conversão de suas crenças, modos de vida e cultura para interesses econômicos e políticos; c) o terceiro período refere-se ao final do século XVIII e início do XIX, caracterizado pela intervenção política, administrativa, econômica e urbanística da coroa portuguesa na Amazônia, influenciada e promovida por Marquês de Pombal (1750-1777).

O processo de formação da cidade de Óbidos, juntamente com sua historicidade e a configuração de seu espaço urbano, insere-se nos períodos segundo e terceiro mencionados. Nesse contexto, este capítulo propõe uma análise histórica e contemporânea do processo de formação da cidade de Óbidos. No século XVI, por volta de 1540, o explorador Francisco Orellana, a serviço da coroa espanhola, navegou pela região amazônica e observou um ponto onde as margens do rio Amazonas se estreitavam harmoniosamente, o que despertou sua atenção. Em 13 de janeiro de 1750, os reis de Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que encerrou a disputa territorial entre os dois países sobre as novas terras descobertas no Brasil e permitiu a Portugal explorar as terras a oeste da linha definida pelo Tratado de Tordesilhas.

Após a união das coroas portuguesa e espanhola, vários exploradores portugueses realizaram expedições pela Amazônia. Pedro Teixeira, a serviço da coroa portuguesa em 1637, navegou pelo rio Amazonas e, assim como seu

antecessor Orellana algumas décadas antes, observou um ponto onde o curso do rio se estreitava, chamando sua atenção e levando-o a sugerir à coroa portuguesa a construção de um forte para proteger as terras exploradas.

O piloto-mor, principal descobridor deste rio, diz que convém muito que o S. M. mande edificar no lugar estreito, já assinalado e ponha nele guarnição para impedir a passagem do inimigo Holandês, para que não suba o rio e se apodere das suas províncias. Porque como a navegação é sem perigo, manso o rio, abundantes os mantimentos e os índios pouco beliscosos, será fácil ao inimigo navegar este rio e aproveitar-se das riquezas e frutos da terra – Bento da Costa (Reis, 1979, p.14)

O relato de Bento da Costa, piloto na expedição liderada por Pedro Teixeira, evidencia a intenção dos viajantes em construir um forte no estreito recentemente descoberto para proteger a região contra invasores holandeses, ingleses e franceses. Atendendo ao pedido de Pedro Teixeira e seus comandantes, a coroa portuguesa decidiu iniciar a construção de quatro fortificações ao longo do rio Amazonas, sob a supervisão de Manoel da Mota Teixeira.

O então governador da província do Grão-Pará, capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 26 de julho de 1667, enviou uma carta ao rei de Portugal, Dom Pedro II, solicitando autorização para a construção do forte no estreito. Em 12 de dezembro do mesmo ano, a autorização foi concedida pelo rei vigente. E, “com a construção do forte, começaram a ser trazidos gradualmente por militares e religiosos índios de várias tribos e localidades, iniciando assim a povoação que mais tarde daria origem à cidade de Óbidos” (Vieira, 2013, p. 17).

Logo após sua construção, o forte atraiu uma diversidade de contingentes populacionais que contribuíram para a formação da atual diversidade social na cidade de Óbidos. O forte recebeu o nome de Forte Pauxis, em homenagem a uma comunidade nativa que habitava a região. Em 1758, o governador da província, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, elevou o forte à categoria de vila, nomeando-a Óbidos em homenagem a uma cidade portuguesa com características geográficas e topográficas semelhantes na região paraense.

Originalmente construído para defender as terras portuguesas contra invasores, o forte logo assumiu outra função importante: fiscalizar as atividades de exploração ao longo do rio Amazonas, incluindo o comércio de drogas do sertão e

diversos produtos madeireiros. Este papel incluiu a cobrança de impostos e taxas para a coroa portuguesa.

De acordo com Reis (1979), as construções na Amazônia daquela época eram caracterizadas não apenas por sua finalidade bélica, mas também pelo uso predominante de materiais como taipa de madeira, com acabamento simples, o que resultava em rápida deterioração das estruturas. Apesar dos pedidos do capitão-mor José Miguel Aires, em Belém, para reformas, a falta de resposta adequada resultou na decadência estrutural do forte nos anos subsequentes.

Inicialmente concebido para reforçar a segurança regional, a falta de apoio estrutural, econômico e político eventualmente relegou o forte a um simples posto fiscal nas décadas seguintes, responsável pela coleta de impostos sobre as mercadorias que transitavam pelo rio. Somente no final do século XVIII, com Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, implementando o plano da coroa portuguesa para centralizar o controle sobre o comércio de drogas do sertão na região, que significativas transformações urbanísticas foram realizadas nas vilas e cidades da Amazônia.

No início do século, "[...] Pombal encerrou o sistema de capitanias hereditárias, destituiu os capitães donatários e transferiu para a coroa a posse das capitanias, fundando vilas e cidades onde antes havia missões religiosas e aldeamentos indígenas" (Miranda, 2009, p. 16). As intervenções políticas, econômicas e urbanísticas do Marquês de Pombal na região amazônica marcaram uma mudança significativa no ordenamento espacial local. Isso incluiu a regulação de preços de produtos como açúcar, tabaco e drogas do sertão, a restrição do poder das ordens religiosas e a implementação de mecanismos de controle territorial para regular o movimento de pessoas e mercadorias.

Além das intervenções políticas e econômicas de Pombal, suas reformas urbanísticas no Brasil e na Amazônia foram projetadas para refletir padrões urbanos portugueses, com vilas frequentemente apresentando um layout ortogonal, centrado em uma praça quadrada com uma igreja frontal. Este modelo urbanístico europeu contribuiu para o desenvolvimento das cidades amazônicas ao longo do tempo.

Assim, ao compararmos as plantas das cidades e vilas fundadas no período pombalino, encontramos elementos comuns na organização interna da cidade: o traçado urbano cartesiano, os lotes cortados em ângulo reto, formando quadrados ou retângulos, a igreja matriz ocupando o lugar central na praça, ladeada pelas residências das pessoas importantes (Miranda, 2009, p. 30).

A vila de Óbidos, assim como outras localidades da região, recebeu atenção significativa de Francisco Xavier e do Marquês de Pombal, resultando em melhorias na estrutura urbana, como a construção de casas e ruas que cortavam toda a cidade. No entanto, as transformações mais substanciais ocorreram no âmbito político, com reformas nos poderes judiciário e legislativo, que até então eram carentes na cidade. Refletindo essas mudanças políticas e legislativas:

"[...] as autoridades de Óbidos da época estabeleceram regulamentos para os diversos ofícios: ferreiros, pedreiros, carpinteiros, sangradores, barbeiros, alfaiates, sapateiros, além de regulamentar os gêneros alimentícios" (Reis, 1979, p. 83).

Entre outras responsabilidades, as autoridades locais também supervisionavam a população indígena, controlavam o comércio de produtos na cidade e gerenciavam o movimento de barcos no porto local. Com todas essas mudanças e processos, Óbidos experimentou diversas transformações que afetaram não apenas o ambiente urbano, mas também os aspectos políticos e sociais. Embora muitas vezes esses processos tenham sido caracterizados por uma progressão lenta e gradual, eles culminaram na combinação de fatores que hoje moldam o espaço urbano da cidade.

No final do século XIX, Óbidos já havia perdido sua relevância militar, historicamente central na região. Decisões externas à cidade, especialmente ligadas às transformações no cenário político brasileiro, resultaram em mudanças urbanas e políticas significativas no território municipal. Consequentemente, identificou-se a necessidade de redirecionar sua função econômica e política para uma que garantisse sustentabilidade dentro do contexto local.

No início do século XX, assim como a maioria das cidades amazônicas, Óbidos estava centrada em atividades primárias da economia, como a produção de fibra de juta, cacau, madeira, castanha-do-pará e pesca. Na segunda metade do século XX, ocorreram outras transformações significativas. Em 1976, durante o regime militar, a inauguração da BR-163 conectou Óbidos a cidades vizinhas como

Santarém e Oriximiná, aumentando substancialmente o comércio regional, como a compra e venda de castanha e juta.

Entretanto, a criação da Zona Franca de Manaus em 1967 teve um impacto adverso significativo. A atração por empregos em Manaus levou à migração da população local, deslocando o centro econômico e comercial para a capital amazonense. Essa mudança resultou em uma estagnação urbana, social e política em Óbidos, com a diminuição da população e perda de suas funções econômicas tradicionais. O avanço do agronegócio na região a partir da década de 1970 substituiu a produção local por atividades pecuárias e agrícolas, que, juntamente com o turismo, são hoje os principais pilares econômicos do município.

## **CAPÍTULO II – A HOMOGENEIZAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES GLOBAIS**

O surgimento da globalização, fundamentado no capitalismo industrial, introduziu uma série de mudanças complexas em várias camadas das sociedades. De acordo com Santos (2002), a globalização representa o estágio final do processo de internacionalização do mundo capitalista, onde o local e o global convergem em um cenário singular, caracterizado por dialética e contradições. O atual processo de globalização é marcado pela acumulação de capital, controle estatal, aliança das informações e territórios, e pelas contradições nas relações sociais moldadas pelo dinheiro. Milton Santos enfatiza o papel da ideologia na produção e reprodução do espaço, na disseminação e na manutenção dessa globalização adversa pelo Estado.

Segundo Barbosa (2008), a globalização é uma realidade global que se manifesta nos âmbitos político, econômico e cultural, impulsionada pela intensificação do intercâmbio de capitais, pessoas, informações, mercadorias e ideias entre diferentes países, resultando na redução ou até mesmo na dissolução das fronteiras geográficas. De fato, a globalização modificou a forma como as pessoas, estados e nações se relacionam e se comunicam. O desenvolvimento e aprimoramento dos meios de transporte e comunicação proporcionaram o "encurtamento das distâncias" entre as pessoas e países. No plano econômico, a maior facilidade no transporte de mercadorias por empresas multinacionais facilitou a produção, distribuição e o comércio de produtos industriais globais de forma mais veloz e eficaz.

Segundo Corrêa (2000), as relações sociais, que ocorrem no espaço urbano industrial a partir da virada do século, passam a ser pautadas por um sistema homogêneo e globalizado de valores e símbolos materializados em unidades quilométricas de custo ou tempo. Sendo assim, diariamente deixamos de nos relacionar com o meio à nossa volta; o "custo" do tempo nos adequa cada vez mais a um novo jeito de viver, de andar, de vestir e de consumir. Um novo padrão de sociedade então se impõe o da velocidade. A ligação cultural de uma sociedade com o seu território se torna cada vez mais complexa e global. Valores, gostos, tradições e costumes locais agora são gradativamente substituídos por globais, e o consumo alimentar não ficou de fora.



Visando atender à nova demanda de consumo dos indivíduos agora pautados pela velocidade das coisas, surgiram, no século passado, as redes de comidas *fast food* (comidas rápidas), em que os tipos de alimentos industrializados, ricos em conservantes, sódio e açúcares, aparecem como um “novo modelo” de alimentação padronizada e mundial. É o caso da empresa americana *McDonald's*, famosa rede de *fast food*, símbolo da alimentação globalizada, criada na década de 1940 por Richard e Maurice *McDonald*. A multinacional americana revolucionou o modo de se produzir, gerir e comercializar alimentos *fast food*. Hoje, é a maior de seu segmento e uma das maiores empresas do mundo. Localizada em diversos países, seu modelo alimentício está ligado à rapidez e praticidade, visando suprir as necessidades dos padrões de vida urbano e industrial.

Em um estudo sobre a mudança dos hábitos alimentares no Brasil, Bleil (1998) cita algumas características desse novo modo global de se alimentar, em que a expansão do comércio e consumo desses tipos de alimentos está diretamente ligada ao novo modo de vida das sociedades urbanas industriais.

A expansão dos serviços de alimentação do tipo fast-food está ligada a uma demanda crescente, por parte da população. Refeições de baixo custo com rapidez e uma suposta qualidade. Esta passou a ser a opção permanente para um número crescente de consumidores urbanos. Desta forma, a cadeia de lojas fast-food cresceu e com ela outras cadeias de lojas de refeições rápidas. Hoje, observa-se não só a venda de hambúrgueres, mas de cachorro quentes, de pizzas, etc. Conseqüentemente, aumentou o consumo de bebidas como refrigerantes e molhos artificiais industrializados, produtos lácteos e sorvetes (Bleil, 1998, p. 17).

É notório que o aumento do consumo de alimentos *fast food* e industrializados cresceu no Brasil a partir da década de 1970, quando o país passou a ser predominantemente urbano. Dessa forma, o consumo de alimentos não saudáveis, como refrigerantes, hambúrgueres, sorvetes, pizzas e salgados, ricos em gorduras saturadas, sódio e açúcares, tornou-se comum nas grandes cidades, resultando no aumento de doenças metabólicas entre os moradores das grandes cidades do Brasil (como diabetes, hipertensão e obesidade). Segundo Coutinho, Gentil e Toral (2008), devido a esse novo padrão alimentício globalizado, a população brasileira está passando por uma fase de "transição nutricional", em que os moradores das grandes, médias e pequenas cidades estão deixando de ser malnutridos e estão se tornando obesos, suscetíveis a possíveis doenças metabólicas futuras.

Amorozo (1981) em um estudo sobre a alimentação em um bairro pobre na cidade de Manaus-AM, aponta que os moradores dos bairros periféricos e mais pobres da capital sofrem com a falta de alimentos saudáveis e frescos, como carnes, legumes e frutas. Na grande maioria das vezes, alimentam-se de enlatados e alimentos ricos em condimentos, como salsichas, conservas e linguiças. Dois pontos são primordiais para entender o comportamento dos hábitos alimentares desses moradores: a disponibilidade de alimentos nesses bairros e a renda familiar. Uma vez que uma grande cidade como Manaus está inserida no processo global de comércio e consumo de produtos regidos pelo capital e pelo lucro, a disponibilidade de produtos alimentícios não saudáveis será maior. Dessa forma, os moradores das zonas periféricas tendem a encontrar com maior facilidade esses alimentos em pequenos mercados próximos à sua residência, levando ao segundo aspecto, a renda, considerando que esses produtos geralmente são mais baratos e acessíveis financeiramente a esses moradores.

Em um estudo anterior conduzido em uma escola pública localizada na Zona Leste da cidade de Manaus, intitulado "Dize-me o que comes e direi quem és - hábitos alimentares dos alunos da Escola Estadual Ernesto Penafort" constatou-se que a disponibilidade de alimentos globalizados não saudáveis (*fast-foods*) desempenhava um papel determinante no consumo desses alimentos pelos alunos da escola. Observou-se também a presença de estabelecimentos alimentícios não saudáveis no entorno geográfico da escola, inclusive dentro de suas instalações. Nesse contexto, tanto o ambiente interno quanto o externo da escola influenciavam diretamente na escolha alimentar dos alunos, que muitas vezes substituíam a merenda escolar por lanches como salgados, sanduíches e refrigerantes.

De fato, as condições espaciais e organizacionais exercem uma influência significativa sobre os hábitos alimentares individuais. No caso deste estudo, esses fatores são determinantes cruciais nos padrões alimentares dos alunos das escolas investigadas. Paralelamente a essa ideia, Góes (2010, p. 110) cita o exemplo dos shoppings centers na importância da reprodução da cultura do consumo de fast-food na sociedade atual, principalmente entre a população jovem. Segundo ele, "[...] a juventude costuma andar em turmas e adora frequentar os shoppings centers, lugar perfeito para reunir várias alternativas para o consumo de objetos e lazer".

Sendo assim:

[...] tem-se a impressão de que o interesse do *fast-food* (vender rápido) e do consumidor (comer rápido) estão em sintonia com a localização das lojas em pontos estratégicos como estações de metrô, shopping centers, pelo seu poder de concentração, (p. 110).

A importância da organização espacial em que esses indivíduos estão inseridos torna-se imprescindível para o entendimento de seus hábitos alimentares, uma vez que eles estão imersos nesse contexto espacial, resultando assim em uma homogeneização dos hábitos alimentares. Tal cenário é comum em diversas capitais do Brasil, onde as grandes metrópoles fazem parte do processo de globalização, com uma oferta abundante de alimentos não saudáveis.

### **2.1. O papel da indústria alimentícia na modificação dos hábitos alimentares globais**

Os hábitos alimentares acompanham a história de formação de um determinado espaço (território, região ou lugar) e estão intrinsecamente ligados a diversos fatores que norteiam a formação desse espaço. Nas cidades industriais do Brasil, os hábitos alimentares das populações são pautados por um sistema hegemônico da indústria (e de seus produtos), que modifica e norteia a forma de se alimentar dessas populações urbanas em escala local e planetária.

Um exemplo é Manaus, que, a partir dos anos 1970, sofreu o maior crescimento demográfico de sua história, ocasionado pela instalação de uma Zona Franca. O espaço urbano da cidade foi "moldado" ao longo do tempo para o escoamento dos produtos produzidos nas indústrias instaladas na cidade. A força do capital alterou e modelou o espaço conforme suas necessidades de produção e reprodução, dividindo a cidade em centros e subcentros, zonas periféricas e centrais. No entanto, os agentes transformadores da globalização, impulsionados pela força do capital, não alteraram somente o espaço urbano da cidade. A mudança de hábitos culturais, principalmente em relação ao consumo de alimentos, também foi afetada pelo sistema global.

Góes (2010) refere-se a essa nova forma de se alimentar, pautada pela globalização do pós-Segunda Guerra, como "Globalização Alimentar", em que as populações urbanas-industriais são o ponto de chegada de uma "cadeia alimentícia", legitimada pelos produtos de indústrias produtoras de alimentos artificiais (enlatados,

congelados, conservas, fast foods, entre outros). Essa cadeia se materializa no substrato material a partir da produção e distribuição desses produtos com o uso de caminhões, carretas e carros de pequeno e grande porte nas rodovias e ruas dessas cidades e de seus bairros. Chegam de forma quase instantânea aos grandes e pequenos comércios e, conseqüentemente, à mesa desses moradores. Essas indústrias criam seu mercado consumidor, legitimam transformações, são responsáveis pela organização, produção e reprodução dessas cadeias alimentícias no espaço urbano dessas cidades, modelando e substituindo hábitos locais por globais, resultando em um quadro complexo e significativo aos estudos geográficos.

Já nas pequenas cidades do interior da Amazônia, o cenário se amplia, ganhando mais complexidade e profundidade. Segundo Schor, Pinto, Costa e Ribeiro (2015), o consumo de alimentos industrializados nas pequenas cidades da Amazônia está diretamente ligado ao aumento do comércio e do transporte desses produtos em lanchas, barcos e voadeiras, criando fluxos de deslocamentos fluviais característicos da região. Nesse sentido, para Oliveira (2006), os rios substituem as ruas no cotidiano dos moradores das cidades do interior da Amazônia, dando um cenário particular à realidade da região.

Diferentemente do quadro urbano-industrial, a modificação dos hábitos alimentares das populações das cidades do interior da Amazônia se dá de forma mais sutil e menos visível, porém ainda existente. A disponibilidade dos alimentos artificiais é menor, pois a oferta desses produtos não segue uma cadeia industrial de produção, transporte e consumo na mesma temporalidade das grandes cidades, o que faz com que os hábitos alimentares tradicionais dessas localidades sejam mais visíveis e resistentes à influência das transformações impostas pelas cadeias industriais das grandes metrópoles.

Dentro do cenário amazônico, dois quadros distintos, então, estão presentes e norteiam os hábitos alimentares das populações da região. O primeiro, estabelecido nas metrópoles e grandes cidades (como Manaus e Belém), em que as pessoas têm seus hábitos alimentares estabelecidos pelas indústrias alimentícias, criando cadeias de consumo que produzem e reproduzem esses novos hábitos por meio da substituição dos alimentos regionais pelos artificiais. O segundo, estabelecido nas pequenas cidades da Amazônia, onde a oferta e o consumo desses produtos estão pautados nos fluxos de transporte e comércio por meio de

barcos, lanchas e voadeiras, o que faz com que a transformação dos hábitos alimentares nessas cidades se dê de forma menos aparente, fortalecendo seus hábitos tradicionais locais.

A cidade de Óbidos está inserida dentro desses dois cenários, pois sofre influência de diversos agentes e processos ligados a fatores locais, regionais (internos) e globais (externos). Produtos alimentícios industriais e não industriais abastecem a cidade a todo momento, seja pelos fluxos dessas mercadorias através dos barcos e lanchas regionais abastecidos nas maiores cidades como Manaus, Belém e Santarém, pelo Rio Amazonas, que chegam a todo momento pelo porto da cidade, ou pelas estradas que cortam o estado e ligam suas principais cidades, utilizadas como meios de transporte dessas mercadorias por terra, criando assim uma cadeia de transporte e comércio desses alimentos no território obidense.

Portanto, as duas cadeias de transporte dos fluxos de mercadorias alimentícias no território do município de Óbidos resultam em um cenário dialético, em que os novos hábitos alimentícios e os hábitos tradicionais se misturam de forma indissociável. O local e o global, o saudável e o não saudável, estabelecem um quadro rico e profundo de investigação para o entendimento de como os hábitos alimentares se dão na população do perímetro urbano da cidade de Óbidos.

É importante ressaltar que, apesar da pouca penetração dos alimentos industrializados na cidade de Óbidos, como mencionado anteriormente, a presença desses alimentos no território e no cotidiano da vida dos moradores ainda ocorre. É comum encontrarmos, ao caminhar pelas ruas da cidade, lojas e estabelecimentos alimentícios que comercializam produtos alimentares industrializados como enlatados, refrigerantes, bolachas recheadas, salgadinhos fritos, entre outros. A força da indústria alimentar é presente na cidade e no cotidiano dos moradores, afetando diretamente a forma como se alimentam.

## **2.2. Os espaços obesogênicos**

É comum associarmos a obesidade como uma doença resultante única e exclusivamente de fatores biológicos ligados à genética, onde o indivíduo tem uma maior predisposição a adquirir a doença ao longo da vida por fatores que são intangíveis a ela.

Em relação às etiologias, na literatura é comum encontrarmos diversos conceitos que tentam explicar a doença, porém é notório que a maioria das definições de obesidade está sempre ligada aos mesmos fatores e resultantes, como má alimentação, excesso e acúmulo de gordura corporal, entre outros.

Nesse sentido, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a doença é definida como uma condição anormal ou uma acumulação excessiva de gordura no tecido adiposo em um grau que pode prejudicar a saúde (Góes *et al.*, 1997). Para Ferreira e Wanderley (2010), a obesidade é uma doença caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, que produz efeitos deletérios à saúde.

Porém, é preciso lembrar que a obesidade é uma doença complexa e multifatorial. Sendo assim, é importante ressaltar que a doença pode possuir diversas causas. Nesse contexto, Góes (2010, p. 137) cita que:

A partir das evidências atuais, parece que a etiologia da obesidade é multifatorial. Além do não balanceamento energético, erros de metabolismo de glicídios e lipídios, erros genéticos e processos psicológicos podem contribuir também para o desenvolvimento da obesidade.

Fica evidente, então, que a obesidade é uma doença resultante de diversos fatores e tem sido reconhecida como um importante problema nutricional e de saúde na maioria dos países industrializados (Goés, 2010). Além disso, atualmente, a doença é considerada a mais importante desordem nutricional nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, devido ao aumento da sua incidência (Ferreira e Wanderley, 2010).

Um dos fatores que aqui queremos ressaltar está ligado ao ambiente em que este indivíduo está inserido, o qual muitas vezes influencia diretamente o hábito alimentar do mesmo, chamamos de ambientes obesogênicos. Segundo o Ministério da Saúde (2022, n.p), esses ambientes são:

[...] aqueles promotores ou facilitadores de escolhas alimentares não saudáveis e de comportamentos sedentários, os quais dificultam a adoção e manutenção de hábitos alimentares saudáveis e a prática regular de atividade física. Isso significa dizer que aspectos no contexto em que o indivíduo está inserido, como o acesso a alimentos saudáveis, assim como a sua disponibilidade e até mesmo estruturas físicas, podem interferir nas escolhas individuais e familiares na hora de se alimentar, por exemplo.

Nesse sentido, o ambiente torna-se um fator indispensável na formação dos hábitos alimentares. É nele que vivenciamos experiências individuais e coletivas, fazemos escolhas e tomamos decisões que afetam diretamente nossa saúde e bem-estar. Segundo Dantas e Silva (2018), o ambiente obesogênico caracteriza-se pela presença de oportunidades e condições ambientais que favorecem o desenvolvimento da obesidade. Do ponto de vista da alimentação, pode ser entendido como um espaço onde crenças e comportamentos estão associados à disponibilidade de alimentos processados, energeticamente densos e pobres em nutrientes, e à escassez de alimentos ricos em fibras, vitaminas e minerais.

Ainda segundo as autoras, este mesmo ambiente é vivenciado por esses indivíduos de diferentes formas e em diferentes escalas. Nesse sentido, as autoras dividem este espaço em macroambiente e microambiente. O primeiro está associado à influência que estruturas superiores (em grande escala) exercem sobre o processo de formação dos hábitos alimentares desses indivíduos, como sistemas financeiros, de educação, de saúde, o governo, a indústria alimentícia, entre outros. O segundo está associado a essas mesmas estruturas e à maneira que estas exercem influência sobre a formação desses hábitos alimentares, porém em uma escala menor, como os bairros, a família, o local de trabalho e as escolas.

Tomamos liberdade aqui para realizar um paralelo conceitual com a categoria que estamos trabalhando, o espaço geográfico. Afinal, nele ocorrem todas as relações físicas e sociais que se inter-relacionam e alteram o espaço em toda sua totalidade (Santos, 1978). Nesse sentido, ao nos referirmos aos microambientes, estaremos nos referindo aos microespaços, a fim de relacionar todas as vivências e experiências dos alunos com o seu meio, aqui o espaço geográfico em que os mesmos estão inseridos.

Sendo assim, esses microambientes, ou microespaços, se tornam instâncias que se impõem sobre os indivíduos. A organização espacial então apresenta uma característica primordial para o entendimento das escolhas e vivências desses indivíduos. Afinal, se no espaço em que este indivíduo está inserido há uma maior ocorrência de estabelecimentos comerciais do tipo *fast food*, este indivíduo está condicionado a se alimentar deste tipo de alimento. Nesse sentido, o indivíduo está condicionado a se alimentar mal, pois o espaço se torna obesogênico por apresentar

a ele uma maior disponibilidade de alimentos processados, ricos em gorduras trans, sódio e açúcares, e uma baixa disponibilidade de alimentos ricos em fibras, carboidratos, vitaminas e proteínas.

Um exemplo disso é a pesquisa de nossa autoria que aqui já foi citada, denominada "*Dize-me o que comes e direi quem és - hábitos alimentares dos alunos da Escola Estadual Ernesto Penafort - Zona Leste de Manaus*" em 2018, onde foi possível constatar que a configuração espacial externa e interna da escola influenciava diretamente o maior consumo de *fast foods* pelos alunos, devido ao maior número de estabelecimentos desse tipo fora e dentro da escola.

Portanto, o consumo de alimentos não saudáveis (como *fast foods* e industrializados) desses indivíduos no espaço em que estão inseridos os condiciona diretamente a possuírem condições de obesidade. Contudo, ao dizer que o espaço geográfico (ou a maneira como este está organizado) influencia no modo como o indivíduo se alimenta, pode acabar com uma conotação determinista, onde o mesmo está totalmente fadado a consumir alimentos não saudáveis somente pela maior disponibilidade desse tipo de alimentos nesse espaço. Porém, ressaltamos que a configuração espacial é apenas um dos fatores que ajudam a moldar os hábitos alimentares desses indivíduos (em nosso caso os alunos das escolas), discutidos adiante.

### **2.3. Os determinantes alimentares**

Josué de Castro (1984), em sua obra *Geografia da Fome*, que trata do estudo pioneiro da Geografia brasileira, traz a discussão sobre os fatores que influenciam a problemática da fome no Brasil. Segundo o autor, a fome no país era meramente uma questão de ordem política e econômica, resultante da má distribuição de renda e dos bens e produtos pelo estado brasileiro. O autor levanta a tese de que em um país subdesenvolvido como o Brasil, os processos de colonização e dependência econômica estão diretamente ligados à geração de pobreza e miséria que se manifestam em todo o mundo, afirmando que o subdesenvolvimento e a fome são duas facetas do mesmo problema, ou seja, na verdade são a mesma coisa.

É preciso considerar o contexto histórico vivenciado por Castro (1984) na época. As questões levantadas por ele em sua obra foram consideradas por muito



tempo como tabus no meio acadêmico. Antes, a questão da fome no Brasil havia sido tratada como um problema biológico em pequena escala e não como problemas de ordem política e econômica. Nesse sentido, debates a respeito da alimentação da população brasileira e seus hábitos alimentares, bem como os fatores determinantes para tais hábitos, ganharam relevância para a ciência geográfica no meio acadêmico e político. Cada vez mais, estudar e compreender esses fatores se tornaram essenciais para a elaboração de propostas que auxiliaram nas diversas intervenções do estado brasileiro na problemática da fome no país.

Para Estima, Phllippi e Alvarenga (2009), os determinantes alimentares de uma população/indivíduo são variados e complexos, abarcando desde escolhas pessoais e psíquicas até influências sociais e culturais impostas pelo meio de convívio em larga escala, segundo os autores:

O consumo alimentar é determinado pelas escolhas alimentares dos indivíduos e constitui um processo complexo, que envolve fatores socioculturais e psicológicos. A escolha alimentar está relacionada aos fatores do meio ambiente, história individual e personalidade, que são refletidos em valores pessoais. O processo de escolha alimentar incorpora não só decisões baseadas em reflexões conscientes, mas também em automáticas, habituais e subconscientes (Estima, Phllippi e Alvarenga 2009, p. 264).

Nesse sentido:

O ato de se alimentar se desenvolve de acordo com regras impostas pela sociedade, meio ambiente, história individual e valores do grupo social no qual o indivíduo está inserido. A alimentação humana tenta suprir as necessidades fisiológicas, bem como os desejos, que podem ser social e culturalmente definidos (Estima, Phllippi e Alvarenga 2009, p. 264).

As escolhas alimentares parecem ser então, um ato que envolve muito mais fatores do que apenas o biológico de saciar a fome. Referimo-nos a algo bem mais complexo, onde influências dos sistemas pessoal e impessoal são levadas em consideração nas escolhas alimentares dos indivíduos. Esses sistemas incluem o curso da vida, como experiências vividas no passado, questões religiosas, dogmas e crenças, fatores simbólicos e culturais, preferências de gosto e sabor dos alimentos, entre outros.

Fica claro que, ao analisarmos os hábitos alimentares de uma determinada população, deparamo-nos com diversos fatores que influenciam e determinam tais hábitos. Nesse sentido, cria-se um cenário vasto e complexo de análise do

problema. Portanto, muitas vezes, torna-se necessário delimitar os fatores norteadores da pesquisa para uma melhor sistematização. Para isso, utilizaremos o trabalho de Valente (1986), onde o autor apresenta uma proposta sobre a discussão da ótica dos direitos humanos sobre a problemática da fome e desnutrição na população do estado brasileiro, emergindo alguns fatores que norteiam os hábitos alimentares dessa população.

Segundo Valente (1986), quatro fatores são essenciais para a compreensão dos comportamentos alimentares de uma determinada população: as condições físicas específicas para a disponibilidade de certos produtos essenciais à alimentação em um determinado local (como chuva, solo, clima, relevo, entre outros); as influências culturais históricas herdadas a partir do processo de colonização ou povoamento desses locais; a classe social e econômica como determinantes do modo de vida e como limitadoras de práticas e hábitos alimentares; e a nova cultura globalizada dos hábitos alimentares, resultante do processo de comércio e consumo de produtos industrializados na lógica do capitalismo.

Portanto, quatro fatores norteadores foram considerados para delimitar a formação dos hábitos alimentares dos alunos: o espaço geográfico, a cultura alimentar, a globalização alimentar e a renda. Delimitar os determinantes que ajudam a modelar os hábitos alimentares dos alunos das escolas é primordial para a conjuntura metodológica da pesquisa. Encontrar tais determinantes nos ajuda a criar um parâmetro geral dos hábitos dos alunos e a desenvolver propostas de intervenção para o problema estudado. Sendo assim, utilizamos como metodologia teórica a ideia proposta seguindo a ordem metodológica da seguinte forma (Figura 8):

**Figura 8. Fluxograma metodológico da ideia proposta nesta pesquisa**



O primeiro passo é delimitar os determinantes alimentares que influenciam nos hábitos alimentares dos alunos (aqui já previamente delimitados como foi dito anteriormente), para então compreender como se dão os hábitos alimentares desses alunos e, por fim, ajudarmos a criar políticas educacionais que visem o estímulo à alimentação saudável dos alunos, bem como políticas educacionais voltadas para a saúde escolar.

#### **2.4. O espaço geográfico como determinante alimentar**

A mudança dos comportamentos alimentares é um processo bastante complexo que passa pela transformação das representações da comida e do entorno, e se fundamenta em alterações nas crenças, mais do que em informações objetivas, mesmo que não se possa prescindir delas. A comunidade é a base na mudança das crenças alimentares. É por meio de novas construções simbólicas e objetivas da comida, em um novo espaço de relações, que as crenças poderão se transformar, e uma forma de pertencer diferente poderá imergir, constituindo um fundamento social para alterar um comportamento alimentar individual (Amon, Denise. 2014, p. 189).

Foram discutidos como a organização espacial de um lugar desempenha um papel crucial na formação dos hábitos alimentares de sua população. Desde a disponibilidade de alimentos até a infraestrutura urbana, diversos aspectos influenciam as escolhas alimentares das pessoas e, conseqüentemente, sua saúde e bem-estar. Neste contexto, a proximidade de mercados, feiras e supermercados desempenha um papel fundamental. Em áreas onde essas opções são escassas ou distantes, os indivíduos podem ter acesso limitado a alimentos frescos e saudáveis, optando por alternativas menos nutritivas e processadas.

Além da disponibilidade física de alimentos, a estrutura urbana também molda os hábitos alimentares. Bairros onde predominam estabelecimentos de *fast food* e

restaurantes de comida rápida tendem a incentivar uma dieta baseada em alimentos calóricos e pobres em nutrientes. Por outro lado, áreas com mais opções de mercados de produtos frescos e feiras orgânicas promovem uma alimentação mais saudável e balanceada.

Nesse sentido, a localização das duas escolas estudadas, bem como a configuração espacial e a distribuição dos estabelecimentos alimentícios que as circundam, são o primeiro fator de influência na formação dos hábitos alimentares dos alunos das escolas. Afinal, a "alimentação é um ato, não apenas fisiológico mas, também, de integração social e, portanto, é fortemente influenciada pelas experiências a que são submetidas as crianças e os exemplos em seu círculo de convivência" (Accioly, 2009, p. 3).

Nas duas escolas, o consumo de alimentos pelos alunos está condicionado aos alimentos disponibilizados pela cantina e aos estabelecimentos alimentícios que vendem comida aos alunos dentro e fora da escola (pela grade ou pelo muro da escola). Na Escola Raymundo Chaves, o consumo de alimentos ocorre de diversas formas, tanto pelo consumo de comida oferecida pela cantina quanto pelo comércio de alimentos dentro da própria escola. Por estar localizada em uma área mais periférica da cidade, alguns alunos frequentemente vão para a escola apenas para se alimentar, como exemplificado por uma funcionária da cantina entrevistada:

“acontece muito, meu filho, às vezes eles chegam aqui perguntando: 'Tia, qual é a merenda de hoje?' Comem sempre tudo, nenhum tem frescura, o que tiver na merenda eles comem, chega a fazer fila aí” (Entrevistada A).

No entanto, alguns alunos, que segundo a funcionária estão "enjoados" da comida da cantina, acabam consumindo alimentos comercializados em uma cantina secundária dentro da escola, onde são vendidos salgados, refrigerantes, doces, salgadinhos e comidas industrializadas em geral (Figura 9).

**Figura 9. Aluno comprando lanche na cantina paralela da escola**



**Fonte:** Autor (2023).

É importante ressaltar que a prática da venda de alimentos dentro das escolas do município não é ilegal, uma vez que o estado não possui nenhum tipo de legislação que proíba a venda e o consumo desses alimentos em ambiente escolar. Um bom exemplo disso é que o "dono" da cantina secundária na escola se apresenta como o pai de um aluno e parente de um dos funcionários da escola. Nesse sentido, a prática da venda de alimentos no ambiente interno do prédio não é apenas legal, mas também uma forma de rentabilidade para os funcionários da escola.

Na cantina primária (da própria escola), o consumo de alimentos é maior, pois trata-se de uma opção acessível a todos os alunos. Segundo o diretor e os funcionários da instituição, todas as escolas municipais da cidade de Óbidos seguem um cardápio elaborado por nutricionistas da própria prefeitura, diversificado e variado, com alimentos naturais e ricos em fibras e vitaminas. Entretanto, observações realizadas na prática durante três semanas de convívio na escola indicam que isso parece não se concretizar.

O depósito da escola, apesar de sempre cheio, apresentou a mesma disponibilidade de cardápio durante dois meses de observação, sendo composto por carne vermelha, arroz, farinha de mandioca, óleo, vinagre, leite em pó, macarrão,

bolacha, feijão e tapioca (Figura 10). Foi realizada uma tentativa de contato com a nutricionista responsável pelo cardápio da escola, porém a profissional estava viajando durante o período em que estivemos em campo, o que impossibilitou o diálogo com ela.

Os alimentos oferecidos muitas vezes se repetiam ao longo da semana, e os alunos reclamavam da falta de diversificação das opções na cantina. Um aluno entrevistado comentou: "todo dia praticamente é a mesma coisa, quando não é farofa de carne com arroz, é bolacha com suco. Às vezes tem açaí, mas é raro." (Entrevista B).

Figura 10. Depósito de alimentos da escola



Fonte: Autor (2023).

Ao redor da escola, não foi encontrado nenhum estabelecimento comercial alimentício. Ao contrário da escola onde realizamos uma pesquisa com o mesmo tema em Manaus, localizada em uma região periférica da cidade, onde existe uma grande disponibilidade desses estabelecimentos, em Óbidos a situação é diferente. Os alunos saem da escola e na maioria das vezes vão diretamente para casa, muitos deles a pé. A localização da escola na zona periférica interfere nesse sentido,

uma vez que a área territorial onde a escola está inserida não exerce praticamente nenhuma influência na forma como os alunos se alimentam.

Na segunda escola, a Escola Estadual São José, o consumo de alimentos é bem diferente, pois está localizada em um bairro mais central e com maior poder aquisitivo. Nesse sentido, muitos alunos não fazem suas refeições na cantina oferecida pela escola. Grande parte dos alunos traz alimentos de casa para a merenda na escola, e aqueles que não trazem compram de uma ambulante que fica próxima ao muro da escola (Figura 11).

**Figura 11. A vendedora ambulante em frente à escola.**



**Fonte:** Autor (2023).

Segundo os alunos, a vendedora trabalhava há muito tempo em frente à instituição, onde a maior parte de suas vendas incluía produtos alimentícios como salgado, refrigerantes, hot *dogs*, sucos industrializados e doces. A baixa procura pela cantina da escola e a preferência dos alunos pela comida trazida de casa ou comprada pela vendedora ambulante na frente da escola se dão principalmente por dois motivos: *status* social dentro da escola e preferência alimentar.

Em entrevistas abertas com alguns alunos da escola, eles explicaram os motivos dessa preferência por esse tipo de comida:

"Eu prefiro comer a comida da tia, ou às vezes eu trago de casa mesmo. Lá perto de casa tem um mercadinho que vende essas coisas, aí eu trago e



como na merenda. Mas na maioria das vezes eu compro da tia mesmo, o salgado dela é top, a comida da cantina já enjoou." (Entrevistado C).

A fala do aluno evidencia que o principal motivo para a preferência dos alunos em relação à comida oferecida fora da escola em relação à cantina é o gosto alimentar. No entanto, em conversas com a diretora da escola, outro fator importante para entender tal comportamento é o "*status*" pelo "poder de compra" que os alunos exercem como uma competição entre si. Segundo a diretora, os alunos que possuem dinheiro para comprar alimentos processados como salgados e refrigerantes são vistos na escola como indivíduos de elevado padrão social, sendo mais "requisitados" pelos outros alunos. Porém, os alunos que frequentam a cantina diariamente e não possuem o mesmo padrão econômico são deixados de lado pelos outros, tornando o ato de "comer" dentro da escola um ato de poder.

Sobre isso, a diretora da escola mencionou que a escola e todo o corpo pedagógico já haviam percebido a preferência alimentar dos alunos por esse tipo de alimentos (industrializados ou *fast foods*) e que, por isso, abriram uma cantina terceirizada paralela à cantina da escola. No entanto, essa iniciativa não durou muito tempo, uma vez que os alunos que não tinham dinheiro para comprar na cantina se sentiam "excluídos" dos demais.

"Sim, sim, nós já até tentamos abrir uma cantina para vender comida aqui dentro, funcionava ali do lado da cantina mesmo, mas alguns alunos não tinham dinheiro para comprar, aí os pais começaram a reclamar, e para evitar problemas à gente fechou." (Entrevistada D).

Questionada sobre a ausência de legislação ou órgão que proibisse a venda de comida dentro da escola, a diretora argumentou que não existia legislação para proibir alimentos terceirizados dentro da escola, mas o conselho de pais e mestres proibiu a venda, o que foi um dos obstáculos para o comércio desses produtos na escola.

Assim como na Escola Raymundo Chaves, localizada na zona leste da cidade, a configuração do espaço urbano ao redor da Escola São José também não apresenta nenhum estabelecimento alimentício. Dessa forma, os alunos saem diretamente da escola para casa, alimentando-se apenas na cantina da escola, trazendo alimentos de casa ou comprando dos vendedores ambulantes que trabalham ali. As configurações dos espaços urbanos onde as duas escolas estão inseridas, apesar de estarem localizadas em zonas diferentes, não diferem quanto à



disponibilidade de estabelecimentos alimentícios no entorno das escolas. Em ambas as instituições, o contexto espacial tem relativamente pouca influência nas preferências alimentares dos alunos.

O ambiente interno das escolas, em ambas as instituições, exerce um papel importante na escolha dos alimentos pelos alunos, uma vez que o comércio de alimentos dentro delas é livre e muitas vezes incentivado pelos próprios colaboradores.

## **2.5.A cultura como determinante alimentar**

As formas de alimentação podem dizer algo importante não apenas sobre as formas de vida, mas também sobre a estrutura de uma sociedade e sobre as regras que lhe permitem persistir e desafiar o tempo (Rossi, 2014, p. 32).

A influência da cultura alimentar em uma população é um dos principais fatores na formação dos hábitos alimentares, sendo imprescindível para o entendimento de como uma população se alimenta a partir dos fatores históricos e regionais. A cultura alimentar abrange uma ampla gama de aspectos presentes na vida dessas populações, incluindo tradições culinárias, preferências gustativas, valores culturais, práticas religiosas e acesso a alimentos.

O ato de “comer” ultrapassa o fator biológico e muitas vezes é a ação mais expressiva do homem no exercício de sua ancestralidade. Fatores locais e tradições familiares são alguns dos norteadores de como a cultura influencia nos hábitos alimentares de uma população, afinal “[...] o simples ato de comer é algo que nos define e faz a natureza virar cultura” (Silva e Garavello, 2012, p. 2).

Como já discutimos, fatores como a globalização e a industrialização alimentar estão modificando e padronizando cada vez mais a forma como as pessoas se alimentam, e na Amazônia não é diferente. Silva e Garavello (2012) definem esse processo como “transição nutricional”, onde há uma mudança gradual nos hábitos alimentares de populações tradicionais para o consumo de alimentos processados, resultando assim em subnutrição dessas populações, bem como no aumento do risco de doenças cardiovasculares.

Por outro lado, o simbolismo dos alimentos e a forma de preparo de comidas tradicionais exercem um papel importante na resistência à transformação desses

hábitos alimentares. Nesse sentido, “[...] o que se come e como se come são elementos fortemente incorporados na construção da identidade cultural, constituindo uma das mais fortes barreiras de resistência às mudanças” (Schor, 2008, p. 3).

As “barreiras” criadas pelas identidades culturais são o ponto de partida para a permanência das tradições alimentares e para a persistência na forma como os moradores locais se alimentam historicamente. Nesse sentido, o estudo das práticas alimentares revela não apenas escolhas individuais, mas também um panorama complexo das dinâmicas sociais e culturais envolvidas na alimentação.

[...] as diferentes “comidas” e seus ingredientes regionalizam os países e as regiões, trazem consigo elementos dos ecossistemas incorporados na cultura local. Perder os ecossistemas, e, por conseguinte os ingredientes essenciais para a comida regional é um forte indicador de como a modernização, sob a égide do capital, se insere nas tramas da cultura padronizando hábitos, gostos e formas de acesso aos alimentos (Schor, Pinto e Avelino, 2015, p. 4).

É imprescindível ressaltar que a seleção de alimentos tradicionais de uma determinada região é influenciada pela preferência individual, seja por preferências gustativas ou por tradições locais arraigadas. No contexto de Óbidos, a identificação e análise dessas preferências foram conduzidas por meio de múltiplos métodos. Observações diretas e entrevistas abertas realizadas com estudantes revelaram uma tendência consistente: muitos expressaram uma preferência por alimentos típicos locais em detrimento de produtos industrializados ou congelados.

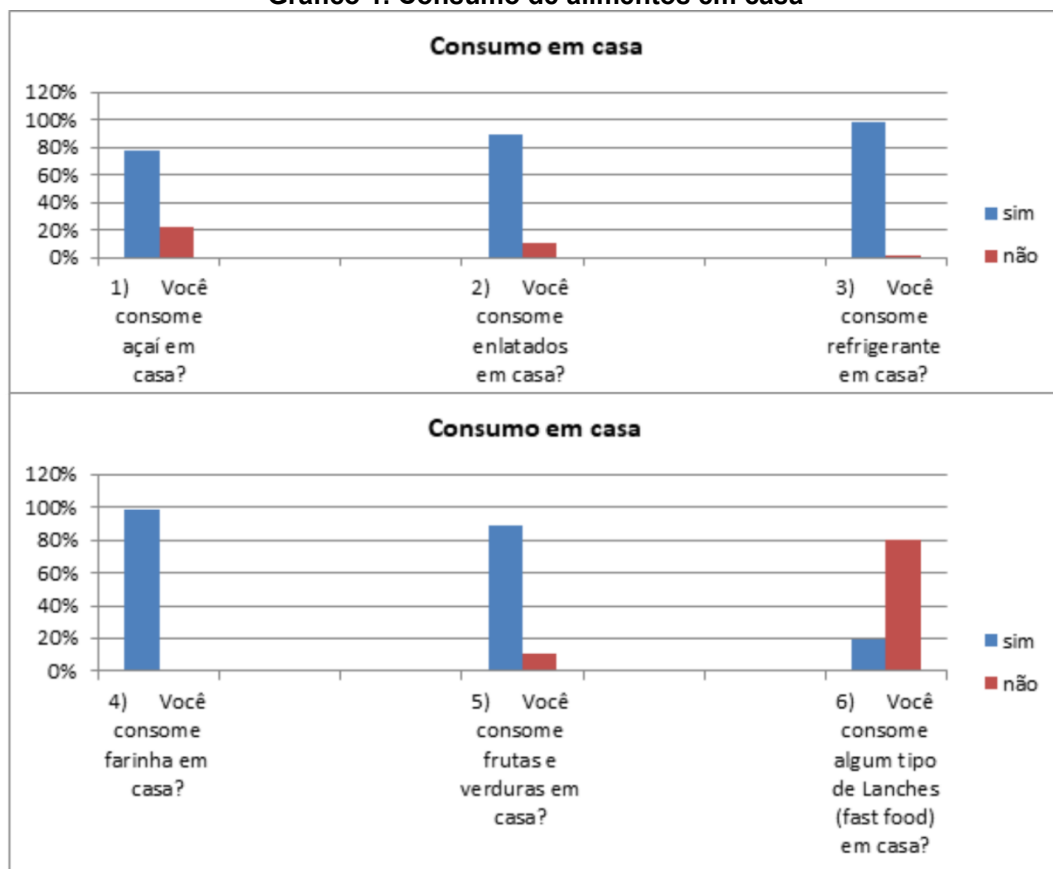
A inclinação dos alunos em direção aos alimentos locais, como açaí, tacacá, farinha de mandioca, peixe, maniçoba e uma variedade de frutas regionais, tais como cupuaçu, tucumã e banana pacovã, continua substancial e é um fator preponderante na formação de seus hábitos alimentares. A valorização do “sabor” e a preferência pela culinária regional são evidentes em interações informais nos corredores escolares, refletindo a dinâmica entre a globalização e a preservação das identidades locais. Este cenário destaca não apenas a influência da globalização na homogeneização dos hábitos alimentares, mas também a resiliência das tradições locais frente a essa tendência globalizante, contribuindo para a manutenção da diversidade cultural e gastronômica em Óbidos.

### CAPÍTULO III – A ANÁLISE DOS HÁBITOS ALIMENTARES DOS ALUNOS: PADRÕES E COMPORTAMENTOS ALIMENTARES

Os dados a seguir ilustram alguns resultados quantitativos das perguntas que foram realizadas de forma fechada com os alunos das duas escolas. Com alunos de cada instituição foram escolhidos como amostra para a realização dos questionários. Dividimos o questionário em perguntas sobre o consumo de alguns alimentos em casa e na escola, com o intuito de identificar se o consumo de certos alimentos sofria alguma influência do ambiente escolar em relação à própria casa do aluno.

Ressaltamos também que a quantidade de perguntas sobre o consumo em casa é maior, pois a impossibilidade de conviver com os alunos dentro de suas casas nos levou a identificar a necessidade de entender o quanto o hábito alimentar trazido pelo aluno de sua casa influencia na hora de se alimentar dentro do ambiente escolar (Gráfico 1 e 2).

**Gráfico 1. Consumo de alimentos em casa**

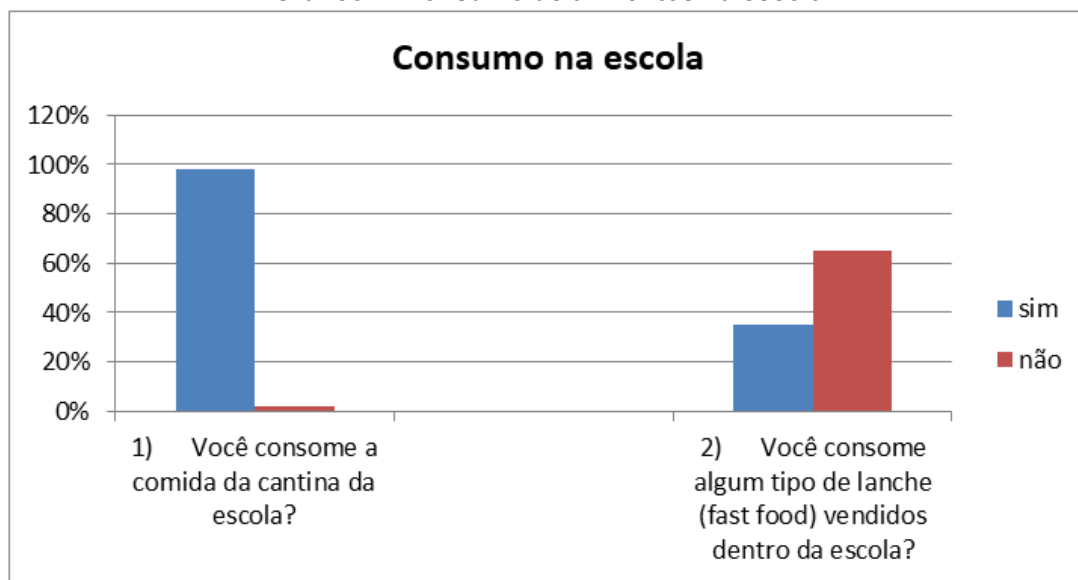


**Organização:** Autor (2023).

Os dados nos mostram alguns padrões de escolhas dos alunos. Primeiro, a quantidade de comidas “tradicionais” como frutas, farinha e açaí no ambiente

domiciliar é maior do que alimentos do tipo *fast food*, onde 80% dos alunos disseram não comer esse tipo de alimento em suas residências. Porém a quantidade de alunos que responderam consumir refrigerantes, e enlatados em casa também é alta, evidenciando um alto consumo desses dois tipos de alimentos processados e industrializados.

**Gráfico 2. Consumo de alimentos na escola**

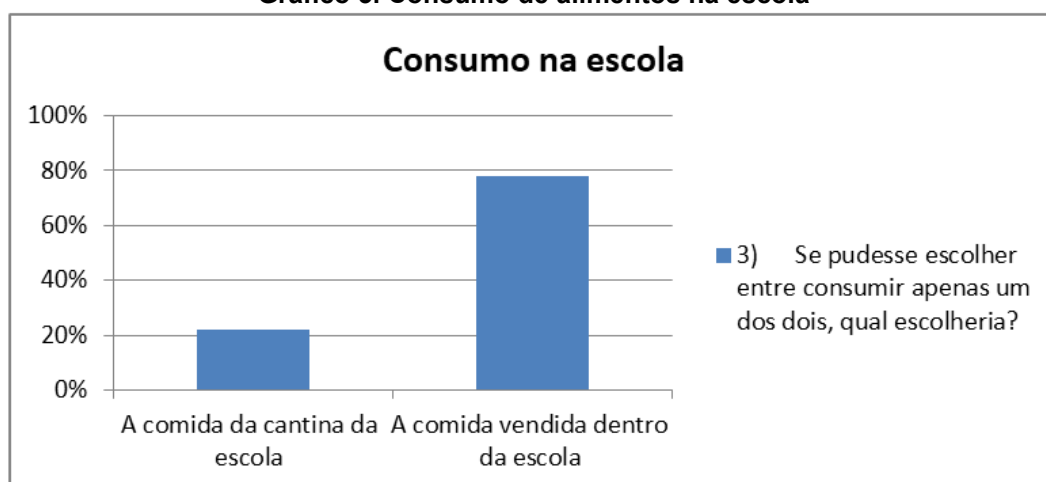


**Organização:** Autor (2023).

Ao analisarmos os dados do consumo de alimentos dentro da escola, percebemos que a quantidade de alunos que consomem a comida da própria cantina da escola corresponde à 98%, nesse sentido, sendo maior do que a quantidade de alunos que consomem alimentos vendidos em cantinas paralelas ou pelos comerciantes dentro das próprias escolas, correspondendo à 35%.

Porém essa escolha maior pela comida da cantina da escola é norteadada, na maioria das vezes pelo fator econômico. Muitos alunos relatam, em conversas informais pelos corredores dos colégios, que se tivessem a capacidade financeira de comprar alimentos dos comerciantes (como salgados e refrigerantes) assim fariam. Isso fica claro com a terceira pergunta do questionário do consumo de alimentos na escola (Gráfico 3).

Gráfico 3. Consumo de alimentos na escola



Organização: Autor (2023).

Segundo os dados apresentados pelo gráfico, 78% dos alunos responderam que, se pudessem escolher, prefeririam consumir a comida vendida dentro da escola em vez da cantina. Como já discutido, o "status" social que a capacidade de compra do aluno traz a ele dentro da escola é primordial na hora da escolha, bem como a preferência pelo "gosto" do alimento em detrimento das comidas industrializadas como salgados e refrigerantes.

Os dados obtidos permitem analisar diferentes aspectos dos comportamentos alimentares dos alunos em ambiente domiciliar e escolar, onde a dicotomia entre o consumo de alimentos regionais e industrializados ainda persiste.

Entretanto, apesar dessa dualidade, observa-se uma discrepância nos comportamentos alimentares dos alunos dentro do ambiente escolar em comparação com suas práticas alimentares domiciliares. É notória a preferência por alimentos processados, como salgados e bolachas (disponíveis para venda dentro da escola), assim como o aumento no seu consumo no ambiente escolar.

Este fenômeno pode ser atribuído a alguns fatores principais: a maior disponibilidade e acessibilidade desses alimentos nas instalações escolares, a preferência dos alunos por alimentos industrializados no ambiente escolar em comparação ao domiciliar, e a escolha por alimentos mais palatáveis pelos alunos, que frequentemente descrevem a comida das cantinas escolares como pouco apetitosa, optando por alimentos mais "saborosos".

### 3.1. Da legalidade à prática escolar

Devido ao aumento do consumo de alimentos processados nas escolas de todo o Brasil, estados e municípios começaram a desenvolver projetos e leis que proíbem a comercialização desses tipos de alimentos nas escolas municipais e estaduais. É o caso do estado do Amazonas, que no ano de 2016 sancionou a Lei Nº 4.352, de 05 de julho de 2016, conhecida como “lei da cantina”, que dentre outras medidas, estabelece a “proibição de comercialização, aquisição e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Amazonas, na forma que menciona” (Governo do Estado do Amazonas, 2016, p. 1).

Dentre as proibições, estão alimentos que contribuem de maneira geral para a obesidade infantil, como alimentos industrializados, doces e alimentos ricos em calorias, a continuação da lei traz:

Art. 1.º Fica proibido comercializar, adquirir, confeccionar e distribuir produtos que colaborem para a obesidade infantil, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas situadas no Estado do Amazonas.

Art. 2.º Incorporam-se, ao disposto no caput do artigo inicial, os seguintes produtos:

I - balas, pirulitos, goma de mascar, salgadinhos, biscoitos recheados, chocolates, caramelos, refrigerante, pipocas e sucos industrializados;

II - bebidas alcoólicas;

III - alimentos com mais de 3 (três) gramas de gordura em 100 (cem) kcal do produto;

IV - alimentos com mais de 160 (cento e sessenta) mg de sódio em 100 (cem) kcal do produto;

V - alimentos que contenham corantes, conservantes ou antioxidante artificiais (observada a rotulagem nutricional disponível nas embalagens) (Governo do Estado do Amazonas, 2016).

A continuação do texto da lei traz ainda alguns alimentos recomendados para uma alimentação saudável ao público-alvo, bem como estabelece algumas práticas escolares que envolvem todo o corpo docente visando implementar a cultura do “se alimentar bem”.

Segundo o texto:

Art. 4º A cantina escolar oferecerá para consumo, diariamente, pelo menos uma variedade de fruta de caráter nutricional, inteira ou em pedaços ou na forma de suco natural.

Art. 5º As cantinas escolares adotarão e manterão em exposição material de comunicação visual (faixas, cartazes, placas ou similares), sobre os seguintes temas:

I - alimentação e cultura;

II - refeição balanceada, grupos de alimentos e suas funções;

III - alimentação e mídia;

IV - hábitos e estilos de vida saudáveis;

V - frutas, hortaliças: preparo, consumo e sua importância para a saúde;

VI - fome e segurança alimentar;

VII - dados científicos sobre malefícios do consumo dos alimentos cuja comercialização é vedada por esta lei (Governo do Estado do Amazonas, 2016).

As medidas estabelecidas pela lei estadual citada estão de acordo com diversos conceitos e debates levantados por nós. A importância de hábitos de vida saudáveis, o consumo de verduras, frutas e hortaliças, a refeição balanceada, bem como adquirir um estilo de vida saudável, são essenciais para a saúde coletiva dos jovens e crianças de todas as escolas do Brasil.

Contudo, como foi ressaltado pela pesquisa atual, em 2019 realizamos um estudo PIBIC<sup>2</sup> em uma escola na Zona Leste de Manaus, onde discutimos a aplicação desta mesma lei dentro do estabelecimento escolar analisado, e foi possível concluir que na prática a lei não é cumprida. O comércio de alimentos industrializados dentro da escola é livre, contrariando a lei e condicionando os alunos a uma má alimentação por parte do ambiente escolar.

No estado do Pará e no município de Óbidos, não existem leis que proíbem o consumo e venda de alimentos industrializados dentro dos estabelecimentos escolares; portanto, a prática da venda desses produtos não se configura como ilegal.

Entretanto, em 2009 o município de Óbidos aderiu ao programa denominado PSE (Programa Saúde nas Escolas), sancionado pelo Decreto Nº 6.286, de 5 de

---

<sup>2</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

dezembro de 2007. O projeto é um programa do Governo federal que tem como principal objetivo:

"[...] contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde" (Governo Federal, Art. 1º).

Entre as ações previstas pelo decreto estão os seguintes artigos que trazem as seguintes medidas: "Art. 4º - II - avaliação nutricional; III - promoção da alimentação saudável" (Governo Federal, Art. 4º). Nesse sentido, todas as escolas do município de Óbidos deveriam fazer parte do programa, com ações de todas as secretarias do estado agindo de forma conjunta, desenvolvendo assim atividades e projetos para a promoção da saúde e de uma melhor alimentação nas escolas do município.

Em entrevista com a Nutricionista da Secretaria de Saúde, responsável pelo projeto nas escolas do município, as escolas participam do projeto de forma democrática, onde todos os alunos participam mensalmente de atividades propostas pelas secretarias de saúde e de educação.

"[...] estou a 7 meses aqui na cidade, de vez em quando a gente vai nas escolas com o pessoal da SEDUC e da secretaria realizar os testes de MMC com os alunos... [...] também realizamos algumas palestras com a ajuda do pessoal da UFOPA, falando assim de uma melhor alimentação deles, dos cuidados que eles devem ter na transmissão de doenças sexuais, também vão dentistas que as vezes fazem umas consultas lá, é bem legal". Relatou a nutricionista da Secretaria de Saúde do Município" (Entrevistada E).

Durante entrevistas com alunos e funcionários da Escola Raymundo Chaves, questionados sobre o envolvimento da instituição em um projeto específico, muitos negaram participação e afirmaram nunca terem se envolvido no mesmo. Em contraste, alunos da Escola de Ensino Médio São José reportaram participação no projeto, embora tenham mencionado que tanto a frequência dos alunos quanto a participação na escola são reduzidas.

Nesse sentido, a real implementação da legalidade à prática escolar aqui se torna questionável, uma vez que carece de evidências práticas para o entendimento de que as escolas realmente estão inseridas nesse projeto. A criação de leis e medidas que estabeleçam formas de controle do que é consumido nas escolas dos estados e municípios se faz importante. Porém, tão importante quanto o



estabelecimento dessas leis é o cumprimento das mesmas. Nesse sentido, delimitar formas de colocar em prática o que é regido por lei se torna imprescindível na promoção de uma melhor alimentação pelos alunos das escolas aqui estudadas.

### **3.2.O papel das escolas: da função social ao observatório da saúde e a promoção da saúde escolar**

Acreditamos que a escola é possuidora de sua própria dinâmica interna, passível de análises e estudos baseados em sua população (estudantes, professores e funcionários) e estrutura organizacional, que expressam um cenário vasto de possibilidades para estudos e análises a partir de sua dinâmica.

Nesse sentido, Souza (2019), em um estudo sobre a territorialização da saúde no município de Manacapuru, debate a importância da escola como um importante produtor de informação sobre a dinâmica organizacional de um determinado espaço. Isso possibilita análises mais detalhadas a partir de uma pequena amostra da população, sobre a situação social relacionada a diversos fenômenos que ocorrem nesse ambiente, como violência, saúde urbana, fóruns de discussões, entre outros.

É importante ressaltar que já existem programas de políticas públicas que reforçam a alimentação saudável dos alunos de todas as escolas públicas e particulares do Brasil, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e a PNAN (Política Nacional de Alimentação e Nutrição). No entanto, a problemática ainda carece de estudos que auxiliem o exercício prático dessas leis nas escolas públicas, uma vez que, apesar do estabelecimento dessas leis, sua aplicação efetiva no âmbito escolar ainda é limitada.

Outro programa existente no Brasil que atende a todos os estados e municípios da federação é o PSE (Programa de Saúde nas Escolas), sancionado pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Dentre outras ações, o PSE promove a saúde e a boa alimentação em todas as escolas da rede pública, além de articular medidas e projetos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) para fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde.

Nesse sentido, acreditamos que a escola desempenha um papel crucial como ambiente de discussão para promover a saúde comunitária no bairro em que está inserida. Ao oferecer educação sobre hábitos saudáveis, nutrição adequada e práticas de exercícios físicos, a escola capacita os alunos a adotarem comportamentos saudáveis que impactam não apenas suas vidas individuais, mas também a saúde da comunidade como um todo. Além disso, ao fornecer um espaço para o diálogo aberto e a troca de ideias sobre questões de saúde, a escola pode incentivar a conscientização, a prevenção e a busca por soluções para os desafios de saúde enfrentados pela comunidade local.

Nas cidades interioranas, como Óbidos, espaços de diálogo como esses, que promovem a saúde comunitária por meio de fóruns de discussões, tornam-se primordiais para o fortalecimento do poder civil e para a busca da representatividade das populações locais na busca por uma vida mais saudável, tanto para alunos, pais quanto para toda a comunidade escolar.

### **3.3. Propostas e recomendações**

Em um estudo sobre a importância do papel das escolas na promoção dos hábitos alimentares dos alunos na cidade do Rio de Janeiro, Accioly (2009) propõe algumas sugestões de iniciativas e estratégias que podem ser adotadas por professores, diretores, alunos e famílias visando o estabelecimento de um ambiente escolar que promova a saúde dos alunos dentro dessas instituições. Dentre algumas principais propostas recomendadas pela autora, estão:

1. Currículo: inclusão de conteúdos de nutrição no currículo escolar e na formação de profissionais de ensino fundamental e médio de forma a inserir nas atividades formais e informais do cotidiano escolar os conceitos básicos da alimentação saudável.
2. Atividades didático-pedagógicas: O alimento pode ser inserido no processo educativo, não apenas em disciplinas relacionadas às ciências da biologia e da saúde, mas em todas as áreas do conhecimento (Accioly 2009, p. 6).

Já na Geografia, como disciplina escolar, há diversas possibilidades de conteúdo a serem trabalhados com os alunos, desde a análise do papel cultural dos alimentos consumidos no cotidiano até a distribuição econômica desses alimentos no ambiente local, como ruas, bairros e cidades. Outro aspecto relevante é o reconhecimento do valor dos alimentos consumidos. Desenvolver uma visão crítica sobre a importância desses alimentos é essencial para que os alunos compreendam

os valores econômicos, bem como suas implicações sociais e políticas dos alimentos consumidos cotidianamente.

A proposta de incluir na escola ações internas que visem estabelecer um "observatório da saúde" foi discutida com os diretores e professores das escolas participantes da pesquisa. O objetivo era implementar medidas permanentes no ambiente escolar que contribuíssem para a promoção da saúde e a conscientização sobre uma alimentação mais saudável entre os alunos. Durante as visitas às escolas, realizamos rodas de conversa com os alunos para criar um ambiente participativo que envolvesse todos no trabalho, retornando-lhes de alguma forma a participação na pesquisa (Figura 12).

**Figura 12. Palestra participativa realizada na escola São José**



**Fonte:** Autor (2023).

Propostas como a inclusão de um documento no PPP (Projeto Político Pedagógico) das escolas, que visava introduzir uma disciplina optativa abordando os efeitos da má alimentação e os benefícios da boa alimentação, foram discutidas com diretores e professores das escolas participantes. Contudo, a alta carga horária da grade curricular dos alunos e a burocracia nos processos educacionais impediram que o documento fosse implementado com sucesso.

É importante ressaltar que a participação dos alunos, professores e diretores no processo educativo e na realização da pesquisa foi de suma importância para o seu desenvolvimento. Portanto, o acompanhamento do projeto nas escolas participantes continuará com visitas periódicas e anuais, buscando sempre manter a conexão dos resultados da pesquisa com a realidade vivenciada pelos alunos das escolas envolvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisamos a formação dos hábitos alimentares dos alunos de duas escolas públicas no município de Óbidos (PA). A dualidade presente na configuração espacial da cidade de Óbidos resulta em práticas alimentares ambíguas. A influência da globalização, ainda que de forma sutil, permeia o território urbano, transformando preferências, costumes, modos de vida, padrões de consumo e práticas alimentares. A localização estratégica da cidade em um ponto logístico crucial para o tráfego fluvial torna-a um ponto de parada obrigatório para navegantes, onde produtos são descarregados, transportados e consumidos.

No entanto, a mesma força que promove a homogeneização de costumes e hábitos também fortalece as tradições locais. Observamos que os alunos manifestam seus hábitos alimentares de maneira diversa, consumindo uma ampla gama de alimentos, desde os industrializados até os naturais, dos produtos locais aos globais, do enlatado ao peixe com farinha. Esses hábitos alimentares refletem a complexidade de habitar e resistir em uma cidade amazônica.

Foi possível identificar uma maior ocorrência no consumo de alimentos regionais em casa se comparado à escola. A maior oferta de alimentos industrializados no ambiente escolar influencia a escolha de consumo dos alunos, muitas vezes sendo impedida somente pela capacidade de compra. Essa realidade aponta para uma questão crucial: a necessidade de um ambiente escolar que promova e facilite o acesso a opções alimentares saudáveis. A venda irrestrita de alimentos industrializados dentro das escolas exacerba esse problema, evidenciando a falta de políticas públicas eficazes que assegurem a promoção da saúde escolar.

A análise dos determinantes alimentares considerados na pesquisa sobre a alimentação dos alunos revelou que a renda (capacidade de compra dos alimentos) e a cultura alimentar (gostos e preferências) são os principais fatores influenciadores na formação dos hábitos alimentares dos estudantes. Este achado é consistente com a literatura existente, que aponta a renda como um fator determinante na escolha alimentar, influenciando diretamente o acesso a alimentos de maior

qualidade nutricional. A cultura alimentar, por sua vez, reflete os hábitos e tradições locais, que ainda prevalecem apesar das influências globais.

Adicionalmente, foi constatado que as escolas participantes da pesquisa não incorporam em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) políticas educacionais que promovam ações de combate à má alimentação ou incentivem hábitos alimentares saudáveis, bem como a prática regular de atividades físicas. Essa ausência de diretrizes específicas nas escolas reflete um desafio maior enfrentado pelas políticas públicas de saúde e educação no Brasil: a implementação efetiva de programas que integrem saúde e educação de forma holística e sustentável.

Embora a participação do Estado e do município nas ações internas das escolas seja perceptível, há uma evidente necessidade de aprimoramento na implementação e fiscalização dessas ações na prática cotidiana escolar. Esta lacuna resulta em um déficit significativo na aplicação prática das legislações e dos programas estabelecidos por lei, contrastando com a teoria dessas iniciativas no ambiente educacional. A falta de recursos, infraestrutura inadequada e a carência de profissionais capacitados para implementar programas de saúde escolar são fatores que contribuem para essa disparidade.

A discussão sobre a implementação de estratégias para a promoção de uma alimentação saudável que visa melhorar a saúde dos alunos das escolas emerge como um aspecto central. É fundamental que a escola, o Estado e a Universidade colaborem em comum acordo na criação de políticas públicas que promovam o bem-estar e a saúde de todos os residentes, incluindo professores, alunos, jovens e crianças na região amazônica e em todo o Brasil.

Para tanto, sugere-se a adoção das seguintes medidas:

1. Implementação de Políticas Alimentares Específicas: Desenvolver e implementar políticas alimentares nas escolas que incentivem o consumo de alimentos regionais e saudáveis. Essas políticas devem incluir a regulamentação da venda de alimentos dentro das escolas, promovendo opções nutritivas e balanceadas.

2. Educação Nutricional: Integrar programas de educação nutricional no currículo escolar para conscientizar os alunos sobre a importância de uma alimentação saudável. Esses programas devem ser adaptados à realidade local, valorizando a cultura alimentar regional.

3. Incentivo à Agricultura Local: Promover parcerias entre as escolas e os produtores locais para garantir o fornecimento de alimentos frescos e saudáveis. Este incentivo pode ser realizado por meio de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que prioriza a compra de alimentos da agricultura familiar.

4. Infraestrutura Adequada: Investir na melhoria da infraestrutura das escolas, garantindo ambientes apropriados para a prática de atividades físicas e a realização de refeições saudáveis. A construção de quadras cobertas e a instalação de ar-condicionado em salas de aula são exemplos de melhorias necessárias.

5. Capacitação de Profissionais: Oferecer capacitação contínua para os profissionais da educação e da saúde que atuam nas escolas, preparando-os para implementar e monitorar programas de promoção da saúde e educação nutricional.

6. Monitoramento e Avaliação: Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das políticas e programas implementados, garantindo a sua eficácia e possibilitando ajustes conforme necessário.

7. Envolvimento da Comunidade: Fomentar o envolvimento da comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis, na promoção de hábitos alimentares saudáveis. A realização de palestras, workshops e atividades comunitárias pode fortalecer a rede de apoio e garantir a sustentabilidade das ações.

Em conclusão, os desafios enfrentados pelas escolas públicas de Óbidos refletem uma realidade comum a muitas regiões do Brasil, onde a globalização e a modernização convivem com tradições locais e limitações estruturais. A promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos requer uma abordagem multifacetada, que integra educação, infraestrutura, políticas públicas e envolvimento comunitário. Ao enfrentar esses desafios de maneira colaborativa e estratégica,

podemos avançar na construção de um ambiente escolar que não só educa, mas também promove a saúde e o bem-estar dos futuros cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, E. A escola como promotora da alimentação saudável. **Ciência em Tela**, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2009. Disponível em:

<http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0209accioly.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

AMAZONAS. **Lei n.º 4.303, de 5 de julho de 2016**. Dispõe sobre a proibição de utilização de equipamentos de som portáteis no transporte coletivo intermunicipal de passageiros, no âmbito do Estado do Amazonas, na forma que menciona. Diário Oficial do Amazonas, 5 jul. 2016. Disponível em:

[https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario\\_am/12/2016/7/1358#:~:text=Legisla.AM&text=5%20Jul.&text=DISPÕE%20sobre%20a%20proibição%20de,Amazonas%2C%20na%20forma%20que%20menciona](https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2016/7/1358#:~:text=Legisla.AM&text=5%20Jul.&text=DISPÕE%20sobre%20a%20proibição%20de,Amazonas%2C%20na%20forma%20que%20menciona). Acesso em: 24 jun. 2024.

AMON, D. **Psicologia Social da Comida**. São Paulo: Vozes, 2014. 232 p.

AMOROZO, Maria Christina de Mello. Alimentação em um bairro pobre de Manaus, Amazonas. **Acta Amazônica**, v. 11, n. 3, suplemento, p. 1-43, 1981. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-historico>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BASTOS, Abguar. **A pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva**. São Paulo: Ed. Nacional; 1987.

BARBOSA, A. F. **O mundo globalizado: política, sociedade e economia**. São Paulo: Contexto, 2008. 140 p.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Ática; Princípios, 1991. 112 p.

BLEIL, Susana Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 6, p. 1-25, 1998.

Disponível em:

[http://www.saude.rio.rj.gov.br/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?in\\_foid=611&editionsectionid=39](http://www.saude.rio.rj.gov.br/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?in_foid=611&editionsectionid=39). Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Saúde nas Escolas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194secretarias-112877938/secad->



[educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas](#). Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1ª ed., 1ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf). Acesso em: 24 jun. 2024.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984. 348 p.

CORRÊA, R. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE n. 49, v. 3, p. 39-68, 1987. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/963>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 354 p.

COUTINHO, Janine Giuberti; GENTIL, Patrícia Chaves; TORAL, Natacha. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 2, p. S332-S340, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HZrgfhSTVmSMbhjKFKfXVVQ/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DANTAS, Rafaela Ramos; SILVA, Giselia Alves Pontes da. O papel do ambiente obesogênico e dos estilos de vida parentais no comportamento alimentar infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 363-371, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0462/2019;37;3;00005>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWrl/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ESTIMA, C. C. P.; PHILIPPI, S. T.; ALVARENGA, M. S. Fatores determinantes de consumo alimentar: porque os indivíduos comem o que comem. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, v. 24, n. 4, p. 263-268, out.-dez. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-549042>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FREITAS, Aimberê; PORTUGAL, Licínio da Silva (Org.). **Estudo de transporte e logística na Amazônia**. Manaus: Novo Tempo, 2006. 396 p.

Frota, C. D. Segurança no Transporte Aquaviário de Passageiros no Estado do Amazonas: Uma Análise Situacional. In: Aimberê Freitas; Licínio da Silva Portugal. (Org.). **Estudos de Transporte e Logística na Amazônia**. 1. ed. Manaus: Editora Novo Tempo Ltda, 2006, v. 1, p. 111-125.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Caderno de Legislação PNAE 2023**. Brasília: FNDE, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy\\_of\\_Cadernodelegislao\\_PNAE\\_2023.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy_of_Cadernodelegislao_PNAE_2023.pdf). Acesso em: 24 jun. 2024.

GÓES, José Ângelo Wenceslau. **Fast Food**: um estudo sobre globalização alimentar. Salvador: EDUFBA, 2010. 215 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bases Cartográficas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/basescartograficas/#/home>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem**: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental. 2014. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LIMA, S. C. **Território e Promoção da Saúde**: perspectiva para a atenção primária à saúde. Jundiaí: Paco Editorial: 2016. 184 p.

MELO, Enirtes Caetano Prates; CUNHA, Fátima Teresinha Scarparo. **Fundamentos da Saúde**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2011. 80 p.

MIRANDA, E. A. Urbanização da Amazônia: o projeto pombalino e as pequenas cidades ribeirinhas. In: TRINDADE JR, S. T. ALDEBARAN, G. C. (Org.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICOSA-UFPA, 2009. p. 15-33.

NETO, T. O.; NOGUEIRA, J. B. Os transportes e as dinâmicas territoriais no Amazonas. **Confins (Online)**, v. 43, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/25365>. Acesso em: 24 jun. 2024.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 27-29, julho-setembro, 2006. Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer Editora, 2000. 224 p.

OLIVEIRA, J. A.; SOUZA, G. A. (Org.). **Geografia da Saúde**: ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado. 1. ed. Manaus: EDUA - Editora da Universidade Federal do Amazonas - Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016. v. 1. 308 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os porquês da desordem mundial**: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2012. 179 p.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História de Óbidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 144 p.

SALDIVA, P. **Vida urbana e saúde**: os desafios dos habitantes das metrópoles. São Paulo: Contexto, 2018. 128 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 260 p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 289 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2012. 174 p.

SCHOR, Tatiana; COSTA, D. P.; OLIVEIRA, J. A. Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos Grandes Rios. In: TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro; CARVALHO, Guilherme; MOURA, Aldebaran; GOMES NETO, João. (Org.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. 1. ed. Manaus: FASE/UFPA, 2009. p. 35-58.

SCHOR, Tatiana; TAVARES-PINTO, M. A.; AVELINO, F. C. C.; Ribeiro, M. N. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. **Confins (Paris)**, v. 24, p. 10254, 2015. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/confins/10254>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, Rodrigo de Jesus; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia.

**Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2012.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634664/2583>.

Acesso em: 24 jun. 2024.

SOUZA, Guilherme Vilagelim de. **Territorialização e planejamento da saúde em Manacapuru-AM**. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

SOUZA, M. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009. 398 p.

TRINDADE Jr., S-C. C.; CARVALHO, G.; MOURA, A.; GOMES NETO, J. (Org.).

**Pequenas e médias cidades na Amazônia**. 1. ed. Belém: UFPA, 2009. v. 1. 359 p.

VIEIRA, Carlos Augusto Sarrazin. **História de Óbidos: sociedade, política, cultura e economia - 6º ano**. Pará: União, 2013.

WANDERLEY, Emanuela Nogueira; FERREIRA, Vanessa Alves. Obesidade: uma perspectiva plural. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 185-194, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/cxTRrw3b5DJcFTcbp6YhCry/?>. Acesso em: 24 jun.

2024.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – Modelo de questionário alimentar utilizado na pesquisa



**QUESTIONÁRIO ALIMENTAR  
INDIVIDUAL**



BAIRRO:  IDADE:

**Consumo em casa:**

**1) Você consome peixe de qualquer espécie em casa?**

Sim ( ) Não ( )

Se **NÃO**, por qual motivo?

Não gosto ( ) Em casa dificilmente tem ( )

**2) Você consome enlatados em casa? (conserva, sardinha, salcinha)**

Sim ( ) Não ( )

Se **NÃO**, por qual motivo?

Não gosto ( ) Em casa dificilmente tem ( )

**3) Você consome refrigerante em casa?**

Sim ( ) Não ( )

Se **NÃO**, por qual motivo?

Não gosto ( ) Em casa dificilmente tem ( )

**4) Você consome farinha em casa?**

Sim ( ) Não ( )

Se **NÃO**, por qual motivo?

Não gosto ( ) Em casa dificilmente tem ( )

**5) Você consome frutas e verduras em casa?**

Sim ( ) Não ( )

Se **NÃO**, por qual motivo?

Não gosto ( ) Em casa dificilmente tem ( )

**6) Você consome algum tipo de Lanches (como salgados, militos, refrigerantes e sanduiches) em casa?**

Sim ( ) Não ( )

Se **NÃO**, por qual motivo?

Não gosto ( )

Em casa dificilmente tem ( )

**Consumo na escola**

**7) Você consome a comida da cantina da escola?**

Sim ( ) Não ( )

**8) Você consome algum tipo de lanche (salgados, refrigerantes, biscoitos, militos) vendidos dentro da escola?**

Sim ( ) Não ( )

**9) Se pudesse escolher entre consumir apenas um dos dois, qual escolheria?**

A comida da cantina da escola ( )

A comida vendida dentro da escola ( )

Eu responsável pelo aluno, autorizo o mesmo a responder este questionário de pesquisa alimentar.

Assinatura do responsável

Os dados obtidos neste questionário serão utilizados única e exclusivamente para obtenção de informações para a pesquisa de mestrado do autor ICARO G. BATISTA DA SILVA. Em nenhum momento será divulgado ou realizado qualquer identificação dos alunos participantes. Reitero que a divulgação da mesma será publica e todos poderão ter acesso a ela futuramente no site da UFAM.

**Elaboração:** Autor (2022).

**APÊNDICE B – Carne moída bovina estocada no freezer da cantina da Escola São José**

Fonte: Autor (2022).



**APÊNDICE C** – Arroz cozido armazenado em cima da cadeira da cozinha na cantina da Escola Raymundo Chaves



Fonte: Autor (2022).

**APÊNDICE D** – Salgadinhos conhecidos como “militos” e refrigerantes sendo descarregados no porto de Óbidos-PA



**Fonte:** Autor (2022).



## ANEXOS

### ANEXO A – Amazonas veta lei que proibia enlatados em merendas nas cantinas escolares



Do ATUAL

MANAUS – O governador do Amazonas, Wilson Lima, vetou lei aprovada pelos deputados para proibir a oferta de “embutidos”, enlatados e bebidas artificiais na merenda escolar das escolas públicas estaduais. O governador alega que o tema é de competência federal e regulamentado pela Lei nº 11.947, que cuida do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

De acordo com a lei aprovada, “embutidos” são alimentos produzidos por enchimento de tripas de animais ou artificiais (feitas com colágeno), com recheio a base de carnes, vísceras, gordura, sangue, especiarias e outros ingredientes, como conservantes e aromatizantes, a exemplo de salsichas, linguiças, salames, mortadelas e chouriços.

**Fonte:** Amazonas Atual (2022)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> GOVERNO veta proibição de enlatados e embutidos na merenda escolar no AM. Amazonas Atual, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/governo-veta-proibicao-de-enlatados-e-embutidos-na-merenda-escolar-no-am/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

## ANEXO B - PL proíbe alimentos ultraprocessados em unidades de ensino do Estado

**Alesp** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

INSTITUCIONAL DEPUTADOS PROCESSO LEGISLATIVO COMISSÕES LEGISLAÇÃO DOCUMENTAÇÃO COMUNICAÇÃO TRANSPARÊNCIA

Início / Comunicação / Notícias

## PL proíbe alimentos ultraprocessados em unidades de ensino do Estado

As matérias da seção Atividade Parlamentar são de inteira responsabilidade dos parlamentares e de suas assessorias de imprensa. São devidamente assinadas e não refletem, necessariamente, a opinião institucional da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

18/09/2023 10:29 | Atividade Parlamentar | Da Assessoria do deputado Edmir Chedid

Compartilhar:    



Deputado Enio Tatto  Clique para ver a imagem

### Notícias relacionadas

- Poupatempo de Bragança Paulista completa 10 anos de atividades à comunidade
- Assembleia aprova emendas à Lei das Diretrizes Orçamentárias
- Deputada se reúne com Alckmin e pede investimento para conclusão do Corredor Metropolitano Noroeste
- Deputado libera mais R\$ 826,3 mil à recuperação de vias públicas de Águas de Lindoia
- Deputado homenageia diretora de jornal em celebração pelos 116 anos da Imigração Japonesa
- Deputado garante R\$ 9,7 milhões para reforçar a saúde básica na Região Bragantina
- Deputado apresenta Frente Parlamentar do AVC em simpósio internacional de neurorradiologia
- Deputado realiza importantes inaugurações e participa de cerimônias no noroeste paulista
- Deputado inaugura sala de raio-X em Santa Albertina, no noroeste paulista

Fonte: Alesp (2023).<sup>4</sup>

<sup>4</sup> SÃO PAULO (Estado). **Assembleia Legislativa**. Programas gratuitos de formação e inclusão digital são oferecidos pelo Governo de SP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=459783>. Acesso em: 26 jun. 2024.

**ANEXO C - Lei que proíbe bebidas e alimentos ultraprocessados em escolas entra em vigor no Rio**

Notícias R7 &gt; Rio De Janeiro

# Lei que proíbe bebidas e alimentos ultraprocessados em escolas entra em vigor no Rio

Lei determina substituição desses alimentos em todas as cozinhas e cantinas de escolas de ensino infantil e fundamental

RIO DE JANEIRO | Do R7  
14/07/2023 - 10H13 (ATUALIZADO EM 29/03/2024 - 07H50)



🔊 A+ A-



**Lei quer incentivar consumo de alimentos in natura**

Lei quer incentivar consumo de alimentos in natura

Entrou em vigor no Rio de Janeiro a lei que proíbe a venda e a oferta de bebidas e alimentos ultraprocessados nas escolas públicas e particulares do município. O projeto [aprovado pela Câmara dos Vereadores no mês passado](#) foi sancionado na quarta-feira (12) pelo prefeito Eduardo Paes.

Segundo a prefeitura, a lei determina a substituição de bebidas e alimentos ultraprocessados em todas as cozinhas e cantinas de escolas de ensino infantil e fundamental que funcionam na

Fonte: R7 (2023)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> R7. **Lei que proíbe bebidas e alimentos ultraprocessados em escolas entra em vigor no Rio.** Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/lei-que-proibe-bebidas-e-alimentos-ultraprocessados-em-escolas-entra-em-vigor-no-rio-14072023/>. Acesso em: 26 jun. 2024.